



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1
2011

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
28 DE FEVEREIRO DE 2011

--- Aos **VINTE E OITO** dias do mês de **FEVEREIRO** de **DOIS MIL E ONZE**, nesta cidade de Vila do Conde, edifício do Auditório Municipal, "Sala Dr. Jorge Laranja", reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS: 1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** a) Acta da Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2010; b) Sociedade "PolisVila do Conde S.A." Transmissão e assunção de Dívidas, por realização de Investimentos. Contracção de Empréstimo Financeiro de Médio e Longo Prazo, para Financiamento de Investimentos, excepcionado dos limites legais de endividamento financeiro municipal – valor: 2.500.000.00€; c) 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento/2011; d) Informação da Presidência da Câmara sobre a Actividade Municipal. **3 – PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA.** -----

--- **O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, DR. VÍTOR CARVALHO** - procedeu à chamada, verificou a existência de quórum e abriu a sessão pelas **vinte e uma horas e trinta minutos**. --

--- Encontravam-se ainda presentes: **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º MÁRIO ALMEIDA** E OS VEREADORES; **PROF. DOUTOR VÍTOR COSTA, DR. AURÉLIO BAPTISTA, ENG.º ANTÓNIO CAETANO, ENF.º CARLOS ALBERTO FIGUEIRAS SILVA.** -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA** faltou por motivos profissionais.

--- Por motivos pessoais e ou profissionais pediram a substituição dos respectivos mandatos os deputados municipais: **DR.ª ANA LUÍSA GONÇALVES NASCIMENTO BEIRÃO (MOTIVOS PESSOAIS/INADIÁVEIS), JÚLIO LOPES DE OLIVEIRA FÉLIX (MOTIVOS PESSOAIS), DR.ª ANA PEDRO FERREIRA SILVA MENDES MOTA (MOTIVOS PROFISSIONAIS) E JOAQUIM ADRIANO NEVES CARVALHO (MOTIVOS PROFISSIONAIS).** -----

--- Faltou a deputada **PROF.ª TERESA MARIA MARTINS EVARISTO MONTEIRO.** -----

--- **PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA: DE LABRUGE** faltou, justificando a falta por estar ausente do concelho e os de **RETORTA E FERREIRÔ** faltaram por motivos profissionais -

--- Faltaram os Presidentes das Juntas das Freguesia de **BAGUNTE, FORNELO E VILA CHÃ.** -----

--- **O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, DR. VÍTOR CARVALHO,** deu conhecimento da correspondência recebida. De seguida, pelas **vinte e uma horas e trinta e sete minutos** abriu o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA,** comunicando que de acordo com o Regimento tem a duração de sessenta minutos.-----

--- **DOC. UM,** apresentado pela CDU, Moção sobre o sector da produção leiteira¹.-----

¹ Doc. 1 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2
[Handwritten signature]

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Só para prestar uma informação à Assembleia. É um assunto naturalmente muito preocupante para nós. Sabendo que Vila do Conde é pioneiro na exploração agrícola e no sector leiteiro, nesse sentido temos vindo a reunir com as várias entidades. Ainda há dias estive reunido com a Associação de Agricultores e aí decidimos convocar o Conselho Municipal de Agricultura. Estava convocado para o próximo dia dois, mas essas entidades estarão envolvidas numa manifestação que decorrerá durante todo o dia, junto à Lactogal, em Modivas. A Associação de Jovens Agricultores do Distrito do Porto, a Associação dos Agricultores de Vila do Conde e a Associação dos Produtores de Leite solicitaram-me o adiamento dessa reunião do Conselho Municipal de Agricultura, na medida em que estarão presentes nessa manifestação. Essa reunião vai decorrer no dia nove. Na sequência do que tem decorrido anteriormente, não deixarei de tomar posições de fundo, referidas nesta Moção que acabei de ouvir, na medida em que são de facto problemas candentes para a agricultura que têm muito a ver com a economia do concelho e naturalmente também com o emprego". -----

CARLOS LARANJA DO PS: "Eu pedia ao senhor Presidente para reler o ponto um e dois das deliberações constantes do documentos. Obrigado senhor Presidente. Naturalmente que nós, genericamente, estamos perfeitamente de acordo com este documento que expressa naturalmente o sentir, eu diria, não só de nós que estamos aqui nesta Assembleia, mas o sentir generalizado dos vilacondenses, na medida em que todos nos apercebemos que a situação dos produtores de leite é extremamente preocupante. Eu pedi ao senhor Presidente para ler estes dois pontos, porque são aqueles com os quais nós, na verdade, concordamos. Todos os outros são pontos para o Governo, porque muito provavelmente o Governo poderá encontrar outras e melhores soluções que resolvam e defendam o interesse dos produtores do leite. A nossa posição é estar de acordo genericamente com este documento, aceitar perfeitamente o ponto um e o ponto dois, desde que efectivamente os outros pontos sejam eliminados. Se assim for votaremos favoravelmente este documento." -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** "Como é evidente a CDU trouxe aqui um documento aprofundado de quem conhece o problema porque passa o sector leiteiro nacional e local e apontou desde já um conjunto de medidas que, como é evidente, visam minorar as graves consequências porque passa este sector primário, tão importante para o concelho e para o país. É evidente que retirar deste documento todo o outro conjunto de alíneas que são comportadas e outros números, nomeadamente o três e quatro, que são comportadas nos dois primeiros pontos, é a mesma coisa que de um corpo retirar-lhe os membros, fazendo-o deficiente. Era isto que este documento se tornaria. Entendemos que devemos efectivamente avançar com propostas inequívocas por forma a que este estado de coisas que já se vem mantendo de alguns anos a esta parte, recorde que a CDU já em Julho de 2009, trouxe aqui uma proposta deste tipo que foi aprovada pela Assembleia Municipal, tenho aqui o texto. Como é evidente, nós consideramos inatendível que desta vez este documento que de certa forma se assemelha terrivelmente àquele de 2009, possa ser amputado. Compreendemos que isso possa até ser um expediente político, tendo em conta principalmente que há mais



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3
[Handwritten signature]

de um ano que esta questão se vem colocando e há mais de um ano que o Governo vem atrasando a resolução de um problema que dia a dia se torna cada vez mais candente. Face a isto a CDU mantém o seu documento e lamenta, como é óbvio, a posição do PS". -----

--- Este ponto teve a seguinte votação: **22 VOTOS A FAVOR E 22 CONTRA E NENHUMA ABSTENÇÃO.** O Presidente da Mesa exercendo o seu voto de qualidade, votou favoravelmente o documento, pelo que **FOI APROVADO.** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** *"É evidente que nestas questões específicas a Câmara não iria tão longe e por isso é que convocou o Conselho Municipal de Agricultura, onde se encontram pessoas que sabem, que conhecem os problemas, onde irão surgir propostas que depois terei todo o gosto em comunicar à Assembleia."* -----

--- **DOC. DOIS,** apresentado pelo PS, Moção sobre o parque de estacionamento junto à praia de Mindelo.² -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** *"Eu já venho há vários anos a denunciar esta situação. Qual é a situação? É que a Câmara Municipal e todos aqueles que insistem em contrariar a força da natureza, são todos os anos derrotados por essa mesma natureza. Isto é, é conhecido que o mar está a avançar sobre a costa e a Câmara de Vila do Conde há vários anos enterra dinheiro a fazer obras que o mar destrói, obra após obra. Também penso que é, enfim, está já marcado o dia em que o mar, na zona das Caxinas, onde se avançou vários metros sobre a praia, a primeira consequência é que não há praia no verão nas marés vivas. Portanto aí nas Caxinas para se criar um passeio mais largo e estacionamento junto às casas, avançou-se vários metro sobre a linha de costa original. Bom, em Mindelo, enfim, existem essas casas, um conjunto de quatro casas que estão na primeira linha da costa e que obviamente todas as obras que lá forem feitas para proteger essas quatro casas, o mar ano após ano destrói, retira a areia e as pedras caem umas sobre as outras. Está a vista, estão lá os letreiros a avisar as pessoas para a queda de pedras, porque o mar obviamente sempre que há marés cheias, nomeadamente marés vivas, se encarrega de fazer aquilo que está lá à vista. Portanto eu acharia que as pessoas que apresentaram esta moção, deviam era reflectir se o que há a fazer, nomeadamente em Mindelo, se é voltar a gastar dinheiro, fazer obras, pedra sobre pedra, assentes na areia que o mar vai retirar, ou se não seria de encontrar uma saída para aquelas quatro casas. Enfim, elas vão sair dali de qualquer das formas, aliás não é só dali, é com as casas de Esposende, etc.. São várias ao longo da costa. E mais, em Labruge como é conhecido, vão ser construídos, foi aprovado, também na primeira linha, mais um conjunto de casas unifamiliares, etc.. Portanto se insistirem em construir sobre a areia, a linha de costa, etc., enfim, são obras destinadas ao fracasso e condenadas a serem derrubadas pelo mar. Portanto eu não vou aprovar este tipo de Moção exactamente por isto, porque eu não aprovo que dinheiros públicos sejam gastos uns atrás dos outros para proteger aquilo que é impossível proteger."* -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** *"Em primeiro lugar, como é sabido, uma obra no litoral*

² Doc. 2 que se anexa.



4

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nunca é da responsabilidade da Câmara. Essa é uma obra incluída no chamado POOC (Programa de Ordenamento da Orla Costeira) tutelado por quem eu considerava até hoje, e é considerado pelo país, a maior sumidade no conhecimento da nossa costa. Porventura enganámo-nos quando pensávamos que o Professor Veloso Gomes, reconhecido internacionalmente, era de facto o maior conhecedor da costa portuguesa. Passará a partir de hoje a ser a segunda figura do conhecimento da costa. É uma obra que foi naturalmente feita pelos Fundos Comunitários, foi projectada pela CCRN, e que a Administração Regional Hidrográfica e o Ministério do Ambiente já prometeram à Câmara, é uma obra recuperada até ao próximo verão. É evidente que todos nós sabemos o que é o clima, quais são as condições climáticas, o efeito que produz na costa. Ainda recentemente vimos que toda a nossa costa foi fustigada, felizmente não tivemos situações muito graves, mas a grande maioria das escadas de acesso à praia foram destruídas. É o normal de qualquer município que tem uma orla costeira de dezasseis quilómetros como nós temos. De qualquer forma direi que sobre o assunto em questão é uma obra que foi projectada pela CCRN, está incluída no Plano Ordenamento da Orla Costeira, que foi projectada pelo Doutor Veloso Gomes e que é uma obra que será naturalmente não reparada pela Câmara Municipal, mas por quem tem responsabilidades que é a Administração Regional Hidrográfica."

--- **ESTA MOÇÃO FOI APROVADA COM 5 ABSTENÇÕES E 1 VOTO CONTRA.** -----

--- **DOC. TRÊS**, apresentado pelo PSD³, sobre a Unidade de Saúde de Vairão. Como havia um outro documento sobre o mesmo tema, **DOC. QUATRO**, apresentado pelo PS⁴, foram os dois postos à discussão e votação.-----

--- **EMÍLIA OLIVEIRA DO PSD:** "Em relação a estes dois documentos e ao documento que nós acabamos de apresentar, era apenas para esclarecer o seguinte: não está em causa a iniciativa quer da Junta de Freguesia, quer o esforço que a Autarquia tem feito no sentido de manter os serviços mínimos garantidos ao utentes do Centro de Vairão. A questão é que na realidade está lá um médico destacado duas manhãs por semana. Convenhamos que duas manhãs por semana não são suficientes para colmatar as necessidades dos utentes. Duas manhãs não chegam e a questão do nosso documento reside por si só no seguinte, não há na realidade nenhuma versão oficial que o Centro vá fechar. A questão reside em que se o número de utentes baixa, porque, naturalmente, os utentes como só têm um médico duas manhãs por semana, o que não é suficiente, os utentes naturalmente dirigem-se para outras unidades de saúde no sentido de encontrar um médico que vá colmatar as suas necessidades. A questão reside nisto. Vamos tentar reunir esforços para que se coloque de imediato um médico a tempo inteiro, porque se tiverem um médico a tempo inteiro os utentes não saem para outra unidade de saúde. Se não saem para outra unidade de saúde, o número não se reduz e o centro não se fecha. A questão está só nisto e o nosso documento é só nesse sentido, a colocação de um médico a tempo inteiro para que

³ Doc. 3 que se anexa.

⁴ Doc. 4 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consiga colmatar as necessidades dos utentes, não saem utentes o centro não fecha."

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** *"É óbvio que se o médico que está destacado coloca à frente das dez/quinze pessoas que vê por consulta coloca à frente um papel solicitando ou sugerindo ... (MUDANÇA DE CASSETE) ... enfim, é uma questão de meses e o único médico que está colocado de forma definitiva no posto, tendo pedido a aposentação, vai tê-la. No dia em que não houver médico, o posto fecha em permanência. Portanto faz todo o sentido que antes que ele feche se solicite ao Ministério da tutela que efectivamente coloque lá um médico permanente para evitar o vazio que é falta de médicos. E com o tempo a decorrer os utentes não vendo um médico e necessitando dele que vão sendo forçados pelas sugestões que são feitas, enfim duas vezes por semana, vão ser deslocados para os outros Centros de Saúde e obviamente sem médico o edifício ficará lá, mas é sem utilidade."* -----

--- **BRUNO ALMEIDA DO PS:** *"É prática usual e é boa prática usual nesta Assembleia serem apresentados votos de protesto e de exigência para a prestação de serviços que o Estado está obrigado a prestar aos vilacondenses. E nós, grupo do Partido Socialista nunca regateamos um voto a favor, como já o disse várias nesta Assembleia, esteja o Partido que estiver no Governo da República. Mas também é bom para termos legitimidade, e sermos ouvidos quando protestamos, sabermos-nos congratular e reconhecer quando as entidades governamentais são sensíveis às nossas preocupações. Independentemente da argumentação que foi aqui aduzida em intervenções anteriores, tendo sido o processo acompanhado pela Câmara Municipal e, sublinho, em paralelo com o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Vairão, como os Presidentes das Juntas das outras freguesias, obviamente não contacta só com aqueles que foram instigados a manifestar-se no fim de semana, há duas semanas atrás, creio eu. O senhor Presidente da Junta de freguesia de Vairão lida todos os dias com as pessoas, os Presidentes de Junta são os primeiros políticos a quem as pessoas se dirigem para fazerem as suas exigências. Se o modo de funcionamento como está sossega o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vairão, significa que sossega a Junta de Freguesia de Vairão e portanto nós congratulamo-nos por o Centro de Saúde de Vairão continuar a servir as pessoas e, obviamente, votamos contra porque no dia em que nós protestarmos por tudo e por nada esta Assembleia Municipal deixará de ser ouvida. Se nós soubermos, repito, congratularmo-nos quando as nossas exigências e as nossas preocupações são atendidas, seguramente quando protestarmos seremos mais respeitados."* -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD:** *"A questão senhor deputado Bruno Almeida é que deve ter percebido mal a intervenção da minha colega Emília Oliveira. Porque ela foi a primeira a reconhecer aqui que reconhecia, passo o pleonasma, o trabalho feito pelo senhor Presidente da Junta e o trabalho feito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Não é isso que está em causa. Mas eu aproveito para recordar apesar da acta ainda não ter sido aprovada, creio que não será posto em questão o que eu vou ler, o que disse o senhor Presidente da Câmara na última reunião acerca deste assunto. Folha trinta e três, diz o senhor Presidente, depois de dizer que está muito feliz com as Unidades de Saúde Familiares finalmente a arrancar nas Caxinas, em*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fevereiro, deixará de haver a chaga social que era haver utentes sem médico de família. E depois continua o senhor Presidente da Câmara, aliás, hoje a Coordenadora da Unidade Familiar de Modivas, que até agora ainda tinha utentes sem médico, quando eu lhe perguntei, então fica tudo coberto (pergunta o senhor Presidente da Câmara), a resposta dela é não (aqui há algum equívoco, não se percebe bem) agora vão precisar de arranjar utentes, é que de três médicos, passou-se para cinco em Modivas. Eu acho que o que nós temos que forçar é a Comissão a pronunciar-se. Saber se é pelo PS, se é pelo PSD, não interessa ... (MUDANÇA DE CASSETE)... ou seja, a senhora Coordenadora de Modivas diz que tem médicos a mais. Pasmese. O problema agora vão ser os utentes, ou seja, a minha companheira de partido o que veio aqui dizer, representando Vairão, que Vairão ficou com um médico a menos, tem toda a razão, confirmada pelas próprias palavras do senhor Presidente da Câmara, a não ser que os senhores agora quando for a leitura da acta, vão querer alterá-la e não votem a favor. O que está aqui escrito, suponho que seja uma gravação de uma cassette. Portanto, o que se passou foi que resolveram assim a modos de que em termos nacionais, como eles fazem lá em Lisboa, concentrar o poder todo, fazer a concentração, os pequeninos coitadinhos, ó pá gastam muito dinheiro, vamos tentar racionalizar isto, e portanto o que se passa é que para Modivas passaram para cinco médicos, a senhora representante da Unidade de Saúde, inclusivamente está aqui escrito que o problema agora é arranjar utentes, e em Vairão, as pessoas têm que se deslocar a Amorim. Reparem, ao concelho limitrofe porque vão atrás do médico que sempre conheceram. É evidente que este tipo de racionalização de meios é capaz de ser importante em termos nacionais, mas há que ver caso a caso e neste caso aqui parece-me provado à saciedade que não era necessário dotar Modivas de médicos a mais que ainda vão ter que procurar utentes, doentes e deixar Vairão nesta situação. Quanto à instigação não sei quem instigou ou deixou de instigar mas os factos são estes. Modivas tem cinco médicos, Vairão tem falta de médicos.” -----

FERNANDO REIS DA CDU: *“Relativamente a esta questão realmente eu confesso que me causa alguma confusão que alguém venha cá trazer uma Moção de Protesto, ou um Voto de Protesto e de imediato do outro lado surge um Voto de sentido contrário. Aqui há algum entendimento que eu não percebo. O problema é meu, talvez também seja da CDU. A CDU em sete de Fevereiro dirigiu um conjunto de perguntas ao Ministério da Saúde relativamente a esta questão do Centro de Saúde, da Unidade de Saúde de Vairão e também não teve informação até agora, o que nos deixa desolados. Agora nós sabemos, com todas as boas vontades que existem de esforços, quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia, nomeadamente da de Vila do Conde, eu lembro aquilo que aconteceu com o encerramento das Urgências Hospitalares de Vila do Conde, com a promessa futura de um novo Hospital, o novo Hospital há-de vir. A Urgência Hospitalar já se foi. Vairão neste momento tem apenas os serviços mínimos e prometem que não fecha. O senhor Presidente da Junta de Freguesia fica satisfeito, se calhar não fica tanto como isso, não ficará tanto como isso, porque provavelmente gostaria era de ver todos os habitantes de Vairão satisfeitos plenamente e isso porventura ele não terá conseguido, nem terá sequer*



7
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essa presunção. Eu acho que faz sentido o voto aqui trazido pelo PSD, até por uma questão de acautelamento, primeiro estão efectivamente em causa os interesses da população daquela freguesia e das freguesias limítrofes que também lá iam. Que não aconteça uma vez mais mandar-se alguém para a Póvoa de Varzim, é aí que fica Amorim, é aí que vão os vilacondenses que precisam de uma Urgência Hospitalar, foi para aí que foi o Serviço de Pediatria. Hoje não nascem vilacondenses nesta cidade. Os vilacondenses são todos poveiros, não tem mal, o que está mal foi efectivamente o município na altura ter permitido essa aberração." -----

--- O PRESIDENTE DA CÂMARA: *"Dois comentários muito breves. O primeiro sobre esta intervenção do Fernando Reis que acho absolutamente, não sei se diga louco, se disparatado. É de facto de quem não acompanha o processo ou, por outro, é de quem acompanha, não percebe na íntegra, mas procura sempre atirar com uns chavões dizendo que os vilacondenses hoje nascem poveiros. O Centro Hospitalar é de Vila do Conde e Póvoa, poucos protestaram quando nos foi lamentavelmente retirada a ginecologia obstetrícia do Hospital de Vila do Conde pelo então Governo do PSD, da doutora Leonor Beleza. Nós protestamos veemente, fomos a Lisboa e eu mesmo convidei uma delegação da Assembleia Municipal para me acompanhar, porque de facto não tinha lógica, se não tínhamos mil e quinhentos partos por ano para justificar um serviço, a Póvoa tinha menos partos do que Vila do Conde, tem uma população inferior a Vila do Conde, nós é que tínhamos o Médico Parteiro famoso em Vila do Conde, que era o doutor Teófilo Bernardo e, portanto, foi um absurdo. Mas agora não se venha dizer que os vilacondenses nascem poveiros. Eu tenho netos que nasceram no Centro Hospitalar de Vila do Conde/Póvoa e que são vilacondenses. Só não é vilacondense quem não quer, a generalidade felizmente continua a querer ser vilacondense. Eu não leio tradicionalmente as actas, mas de facto nesta página trinta e três é absolutamente errado o que aqui diz, porque quando eu disse a Comissão do PS, PSD, quem não percebe quando eu falei da Comissão naturalmente foi em relação ao futuro Hospital, porque como todos sabíamos, neste momento, o Ministério da Saúde apresentou o lançamento do concurso da concepção/construção para o futuro Hospital e resultante do acordo para o Orçamento de 2011, entre o PS e PSD, sendo uma parceria público/privada tem que ter o aval de uma Comissão que é presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas. Portanto essa Comissão é que se vai pronunciar se financeiramente se pode lançar agora o concurso ou não pelo Ministério de Saúde. Foi isso que eu aqui disse e estou muito feliz pelo Ministério da Saúde estar de acordo com o meu reptó. Quer dizer, o Ministério de Saúde se acha que deve avançar, propõe, e eu agora quero saber (e é o que eu aqui digo) se é o PS ou o PSD nessa Comissão que vão viabilizar ou não. Estou convencido que vão os dois aprovar na medida em que o que está em questão é o Hospital de Gaia e o Hospital de Póvoa Vila do Conde. Portanto isto não tem nada a ver uma coisa com a outra. Mas sobre esta questão o que é preciso é falar verdade. E uma das coisas em política que a mim me enoja é, quando alguém sabendo qual é o resultado final procura aproveitar-se do esforço dos outros. Acho que é miserável isso e quando é assim tenho que o denunciar, porque toda a gente sabe qual é o fim disto, toda a gente sabe, mesmo*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqueles que foram para lá protestar de bandeira que nem sequer sabiam o que é que estava em questão, foram para lá partidariamente e toda a gente os viu. São pessoas sem coluna, aparecem em qualquer lado desde que seja para fazer barulho. Toda a gente sabe que a Unidade de Saúde de Vairão não é para fechar, mas toda a gente sabe isso desde o primeiro momento, só fecha se diminuir os doentes, se não houver doentes. Os doentes também têm o direito de optar como quiserem e se eu tenho tantas vezes contestado o Governo do Partido Socialista quando estou em desacordo, tenho que felicitar o Governo do Partido Socialista e o Ministério da Saúde pelo que fizeram relativamente à saúde pública em Vila do Conde. Só não vê quem não quer. E não são os profissionais da saúde, os médicos, os enfermeiros, os paramédicos que sabem a realidade, toda a gente sabe o que é hoje a saúde no nosso concelho nesse aspecto e o que era antigamente. Antigamente quando as pessoas iam para uma Unidade de Saúde qualquer de uma freguesia e não havia médico, não tinham médico, se quisessem iam para folgas, para as esperas, iam mendigar uma consulta. Eu disse aqui no outro dia é que estamos agora no sentido oposto, todos os doentes agora têm médico de família e que há médicos de família que não têm os mil e quinhentos que podiam ter, têm menos, trabalham menos. Isto é extraordinariamente importante, isto aconteceu em Labruge, isto aconteceu na Junqueira, isto aconteceu em Malta, isto aconteceu em Modivas. O que é que aconteceu em Vairão. Da Unidade de Saúde de Vairão havia três médicos, dois deles, que são livres de o fazerem, aderiram às Unidades de Saúde Familiares de Malta e de Modivas e ficou lá um médico, que não quis aderir. Direi que é o único no concelho. Todas as Unidades do Concelho quiseram ir para as Unidades de Saúde, esse não quis ir por razões que são dele e ele tem direito de as tomar, ficou só ele. Cerca de quinhentos doentes quiseram logo acompanhar os seus médicos, porque as pessoas são ligadas aos seus médicos, quiseram ir logo para Malta e Modivas para onde foram os médicos, estão lá cerca de oitocentos, eram cerca de mil e trezentos. Esses têm direito a serem atendidos na Unidade de Saúde de Vairão. O problema é que o médico adoeceu e houve ali um momento para se fazer a substituição do médico, agora sabe-se que ele vai retomar o serviço, ao contrário do que se diz que já pediu a aposentação, para já vai retomar o serviço, é o que se sabe, e compete à Administração Regional de Saúde, se ele sair, de colocar lá outro médico. Nesta fase transitória de oito/quinze dias até ele vir, é ilógico colocar um médico para depois ir embora. Recorreu-se à Unidade de Saúde de Modivas, onde está o doutor Torcato Santos, um médico conceituado que foi Presidente do Conselho de Administração Hospitalar Vila do Conde Póvoa e que saiu de cá para ir presidir ao Hospital Pedro Hispano, e como tem pouco doentes em Modivas, não chegam, foi destacado às terças e quintas de manhã, para ir a Vairão, porque se sabe que ele nas terças e quinta atende todos os doente de Vairão. É dito claramente na circular da Administração Regional de Saúde que ele estará em Modivas os dias necessários para atender as pessoas, mas o que é que querem? que ele esteja lá o dia inteiro? e que numa tarde ou duas tarde esteja de braços cruzados sem fazer nada? sem utentes? As questões estão absolutamente salvaguardadas. O que todos nós percebemos é que as pessoas preferem as Unidades de Saúde



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Familiares e vão acabar em Vairão como aconteceu noutras freguesias de Vila do Conde de optarem por isso, porquê? Porque até agora praticamente só estavam de tarde, quando muito das oito à hora de almoço e das duas às seis. Os enfermeiros é que estavam no Centro de Saúde. Agora não, nas Unidades de Saúde estão lá, das oito às vinte e no das Caxinas que vai ser inaugurada em breve, dentro de dias, até às vinte e duas horas. E todas as outras que estão no Protocolo que a Câmara assinou com o Ministro da Saúde onde se prevê que é alargado os horários de acordo com as necessidades, se os médicos tiverem necessidade para atender todos os doentes em vez de ser até às vinte e duas horas, será até às vinte e quatro horas. Será assim, está tudo absolutamente acautelado, não temos pessoas a mendigar e eu ironizei dizendo que agora os médicos é que tinham que arranjar doentes. Têm listas onde podem ter mais pessoas, não chegamos ao extremo do passado, como por exemplo o caso do doutor Pacheco Ferreira, aqui no Centro de Saúde, tinha uma lista com três mil doentes e mesmo assim havia gente em lista de espera. Portanto de facto se há trabalho válido feito por este Governo, é nesta área da Saúde e nomeadamente na área da Saúde Pública. Em suma, há a garantia desde o primeiro momento e o senhor Presidente da Junta de Vairão, dou-lhe os parabéns porque está calado, porque de facto às vezes a gente deve esclarecer quem quer ser esclarecido e já se sabe que não se consegue esclarecer quem não quer ser esclarecido, o senhor fez muito bem em esclarecer lá a sua População e de facto aqui não vale apenas estar a perder tempo. Mas eu tenho sempre hábito de procurar ensinar mesmo aqueles que não querem ser ensinado. Está absolutamente claro que a Unidade de Saúde de Vairão não vai fechar, a não ser que não tenha doentes. É evidente que se um dia houver lá apenas cinco ou seis doentes que não querem ir para outro médico só para defenderem uma causa, com certeza que isso não será aceitável, porque uma Unidade de Saúde obriga a ter não só o médico, obriga a ter enfermeiro, obriga a ter pessoal auxiliar, todo esse pessoal, mas a Unidade de Saúde de Vairão que foi criada com o meu esforço, com o da Câmara Municipal e da Junta de freguesia de Vairão, que disponibilizou os espaços, na altura fez obras para instalar, não fechará enquanto tiver utentes em Vairão que a queiram utilizar. Agora aqueles que quiserem ir para as Unidades de Saúde de Malta e Modivas, porque querem acompanhar o médico ou porque têm melhores condições, naturalmente são livres para o fazer.” -----

--- **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**, Colocou os documentos à votação em separado. O **Voto de Protesto** apresentado pelo PSD foi **REJEITADO COM 33 VOTOS CONTRA E 12 VOTOS A FAVOR e 0 Abstenção**. O **Voto de Louvor** apresentado pelo PS foi **APROVADO COM 33 VOTOS A FAVOR E 13 VOTOS CONTRA E 0 ABSTENÇÃO**. -----

--- **DOC. CINCO**, apresentado pelo CD/PP, Moção sobre os empresários agrícolas e os produtores de leite.⁵ -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA**: “Não percebi bem. Não sei se tenho que fazer algum esclarecimento. A proposta termina quando apresenta a constituição de uma Comissão. Pergunto se é para substituir o Conselho Municipal de Agricultura? Não, é

⁵ Doc. 5 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em paralelo ao Conselho Municipal?"-----

--- JOÃO FONSECA DO PS: "Dado esse último ponto solicitávamos que o último ponto da Moção fosse votado em separado dos restantes três." -----

--- AFONSO FERREIRA DO CDS/PP: "A constituição do quarto ponto, porque os outros eu acho que são perfeitamente pacíficos, aliás nalguns dados estatísticos até repetidos, já aqui foi dito, mas creio que estamos todos de acordo, estamos preocupados pelas dificuldades sentidas pelos empresários agrícolas, com os encerramentos e, mais uma vez, é usarmos esta oportunidade de enviar ao Ministério, ao Presidente da República, a todas estas Entidades e à Tutela da Agricultura a preocupação do órgão político máximo do concelho de Vila do Conde, onde estão representadas todas as forças e sensibilidades políticas do concelho. Isto tem uma força não diferente do município, nem maior nem menor mas tem uma força política própria e eu acho que nenhum dos deputados municipais foi eleito para se demitir disso, com o devido respeito pelas demais competências. No quarto ponto diz-se constituir nesta Assembleia Municipal uma Comissão de acompanhamento das actividades económicas do concelho e que visa a compilação de informação para posterior tomada de posição da Assembleia relativamente aqueles temas. Ou seja, primeiro não é uma Comissão só de Agricultura, é uma Comissão de Acompanhamento de Actividades Económicas e poderia começar o seu trabalho exactamente por este ponto. Mas também poderá falar de Pescas, da crise do Têxtil. Essa Comissão apenas elaboraria, mas são os senhores que têm a maioria nesta Assembleia, portanto são os senhores que têm a última palavra sempre sobre as deliberações do trabalho dessa Comissão, portanto é apenas uma questão, ninguém está aqui para substituir ninguém, estamos é para trabalhar por Vila do Conde. Isto não é nada mais nada menos do que é feito em muitos outros concelhos deste país, em muitas Câmaras e Assembleias pelo Partido Socialista. Por último, esta é uma Proposta, sei que os senhores tiveram sessenta e tal por cento, mas esta proposta estava no nosso Programa Eleitoral que também foi sufragado por mais de trinta por cento de vilacondenses." -----

--- BRUNO ALMEIDA DO PS: "O senhor Deputado não respondeu à questão da votação em separado, ou se a mesa assume que a votação é em separado. Nós dizemos com clareza, nós somos contra a questão da criação de Comissões, nós admitimos Comissões específicas, sobre temas específicos, de resto consideramos que a Assembleia está em condições de exercer as suas obrigações legais, mas se porventura nos restasse dúvidas, o senhor deputado retirou-as todas, porque quando nos disse que essa proposta foi apresentada ao eleitorado pela coligação nas eleições passadas, nós soubemos, todos sabemos o que é que a população disse às vossas propostas, não vamos aqui estar a votar contra a população de Vila do Conde." ---

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Muito rapidamente para reforçar aquilo que disse. Esta proposta, neste ponto, é demasiado ofensiva para as entidades que representam os Agricultores em Vila do Conde e em nome, e sei que o posso fazer, do Conselho Municipal de Agricultura não deixarei de discutir isto dentro do próprio Conselho, porque acho que hoje o Conselho foi posto em causa. Com esta proposta, a



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação dos Agricultores de Vila do Conde, a Associação dos Jovens Agricultores de Vila do Conde, Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, a Agros e o Centro de Gestão Agrário do Ave, que integram o Conselho Municipal da Agricultura, foram aqui colocados, tentados ... (MUDANÇA DE CASSETE) ... que convida a Assembleia Municipal a integrar também esse grupo. Agora colocar este grupo, estas entidades, na situação em que foram aqui colocados, não deixo de o repudiar pelo interesse que senti sempre neles em debater as questões de uma forma construtiva, solidária e não deixarei de lhes dar o devido conhecimento." -----

--- **ESTA MOÇÃO FOI REJEITADA COM 13 VOTOS A FAVOR E 34 VOTOS CONTRA.** -----

--- **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** informou que os sessenta minutos previstos no regimento para este período da ordem de trabalhos estão esgotados, já que apenas faltavam dois minutos, pelo que não iriam discutir mais nenhum documento, apenas colocaria à votação um Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Ouvidor da Costa.---

--- **MIGUEL MAIA DO PSD** apresentou um ponto de ordem à Mesa, insurgindo-se quanto à contagem dos sessenta minutos, nomeadamente quanto à interpretação do número 2 do art.º 33 do Regulamento que diz o seguinte "o tempo gasto pela Mesa na leitura do expediente não será considerado na contagem do tempo de duração nos períodos referidos nos números anteriores". Referiu que "*salvo o devido respeito passaram 60 minutos desde que começamos a discussão do Ponto de Antes da Ordem do Dia, mas o tempo que foi gasto com a leitura dos documentos não deve ser tido em conta, como tal ainda não esgotou o tempo.*" -----

--- **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** esclareceu que a Mesa mantém a interpretação e que o tempo gasto com a leitura do expediente, correio recebido que não os documentos apresentados neste período da ordem de trabalhos não contou para a contagem dos sessenta minutos. Estes começaram a decorrer a partir do momento que foi aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, às vinte e uma horas e trinta e sete minutos.-----

--- De seguida leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Ouvidor da Costa, apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, o qual foi **APROVADO COM 1 VOTO CONTRA.** -----

---- Encerrou o Período de Antes da Ordem do Dia e abriu o Período da Ordem do Dia:

--- a) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD:** "*Senhor Presidente tivemos hoje mais uma prova de que realmente é necessário constituir uma comissão que possa de alguma forma, como existem nos Tribunais portugueses, criar uma comissão que fixe Jurisprudência. A verdade é que há questões relacionadas com o nosso Regimento que tem diversas interpretações, nomeadamente esta que o senhor Presidente acabou de nos dar sobre o que é que entende por expediente. Pode ter razão no que diz, mas é incontornável a questão do Regimento prever que o Partido Social Democrata, neste caso, e os outros partidos também, tem direito a doze minutos e nós fomos coarctados nos nossos minutos. Ou seja, dois documento do Partido Social Democrata, um sobre os pescadores que têm sido, como os senhores sabem, com este código contributivo do Partido Socialista que deu origem a que os pescadores mesmo que não vão ao mar tenham que pagar as suas contribuições à Segurança Social que era apresentada pela*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minha companheira Micaela e outro ainda sobre o chamado Mindelo Park ou Chinatown que também ficou por discutir. Parece-me que a sua interpretação é uma interpretação literal que não pode pôr em questão o direito das minorias de se exprimirem. Ou seja, se demoram mais do que o tempo, por um lado cumpre o Regimento, por outro lado deixa de cumprir o Regimento ao não atribuir os doze minutos que o próprio Regimento atribui ao Partido Social Democrata. Mas essa não é a única questão. Esta Comissão que eu vou propor por escrito para a próxima Assembleia para ser aqui votada, tem que ver com várias situações, nomeadamente na forma como as actas são feitas. Ora para uns se fala em intervenções genéricas, ora para outros de diz "ipsis verbis", e como a maioria das vezes sem a pontuação devida, porque muitas vezes estamos aqui a falar e somos capazes de estar a referir um assunto e algum companheiro, sem nenhuma indelicadeza, natural numa assembleia, faz um aparte e é evidente que a pessoa, o orador que está aqui presente por vezes faz um aparte, mas na pontuação não aparece entre parêntesis. Vou então citar dentro da acta as questões que me trazem aqui e que me fazem votar contra caso não sejam alteradas. Em primeiro lugar e pelos visto o senhor Presidente da Câmara há bocado já se queixou que foi mal interpretado pelo próprio partido, que manda na Mesa. Diz na página três, para quem tiver a acta, que o Comandante Azevedo Soares foi Secretário da Justiça e era um elemento do CDS/PP. Isto ou é brincadeira de mau gosto ou o senhor Presidente se enganou e lhe saiu isso e a Mesa devia ter rectificado esta questão. Como sabemos o Comandante Azevedo Soares era um elemento preponderante do Partido Social Democrata. Ou é uma brincadeira de mau gosto com alguém que faleceu, o que não me parece que seja essa a intenção, ou é um lapso do senhor Presidente ou então é falta de atenção de quem faz as actas.

(PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: "Permita-me, eu não li a acta, eu sou amigo pessoal deles, andei com eles no liceu, portanto o Secretário de Estado da Justiça e membro preponderante no CDS era o irmão o Alfredo que eu chamava por "Fé Fé", o Azevedo Soares toda a gente sabe que foi Ministro do governo PSD") **(PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** esclareceu que "a intervenção do senhor Presidente da Câmara vem na sequência disso e se calhar houve um lapso de expressão, que inclusivamente tinha sido dito que o irmão do Comandante Azevedo Soares tinha sido seu colega de turma e que poderá ter havido um erro linguístico, que naturalmente acontece no discurso oral") **MANUEL AMORIM DO PSD:** "Ora eu vou pegar aqui nas palavras do senhor Presidente da Câmara, o público lá atrás com certeza não ouviu porque ele não tinha o microfone ligado, mas acabou por dizer o senhor Presidente, o engenheiro Mário de Almeida, que o melhor seria mandar a cassete. Pois nós concordamos consigo, é evidente, é mandar a cassete, em vez de mandarem uma acta escrita onde as pessoas da Mesa fazem a sua interpretação. Vamos ao correcto e vamos enviar a própria cassete porque assim não restam dúvidas para ninguém. Eu queixo-me e queixo-me já há várias Assembleias que no meu caso, especialmente para mim, a pontuação nunca é colocada de forma correcta. Eu falo e parece-me que falo de uma forma que me explico bem, as pessoas percebem o que quero dizer, pausadamente, a vírgula, o ponto, percebe-se claramente quando termino uma frase. Mas aqui não,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tudo de enfiada, mete-se pontos finais onde não existem e vírgulas onde devia existir que não existem. Mas agora o grave e agora pedia a atenção dos senhores Vereadores porque também estiveram presentes. Eu aqui vou ter que pedir o vosso testemunho. É que diz aqui na página seis que o Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, referindo-se à anterior assembleia, que o Deputado Manuel Amorim do PSD disse que pretendia usar da palavra para fazer uma intervenção sobre um novo ponto ainda dentro do Período de Antes da Ordem do Dia. O Presidente da Assembleia Municipal não autorizou porquanto não foi apresentada à Mesa no devido tempo. Isto é muito mais grave porque isto é mentir. Eu desafio os presentes, aqui alguém que se levante e que diga se foi isto que se passou aqui, que foi por falta de inscrição. Não foi isso que me disse o doutor Lúcio e tenho pena que ele não tenha vindo hoje, eventualmente até calhou Bem, porque o que o doutor Lúcio Ferreira me disse e por isso eu vou propor uma Comissão para interpretação do Regimento é que eu não podia falar porque não tinha entregue suporte em papel. Esta foi a verdade e vem-se aqui mentir, mentir com as letras todas, descaradamente dizer que eu não fui impedido de falar porque não me tinha inscrito a tempo e mais depois aproveitou, isto é uma mentira ... (**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** "Senhor Deputado é a mesma coisa, se o senhor Deputado apresentasse o documento em suporte de papel estava inscrito, o problema está aí") ... mas eu não sou obrigado a questão é esta mesmo, é que os senhores não podem fazer o Regimento a seu belo prazer, os senhores têm um Regimento... (**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**: "Senhor deputado já gastou sete minutos dos seis que tinha para este ponto") ... sete? Então já ultrapassei o tempo. Peço imensa desculpa, então rectifiquem esta mentira, isto que aqui está é uma mentira e não há ninguém nesta sala que possa dizer que eu fui impedido de falar porque não me inscrevi e o que disse o doutor Lúcio Ferreira foi que eu não tinha apresentado documento em papel. Eu fui obrigado a confrontá-lo inclusivamente com o meu companheiro de partido Delfim Maia, infelizmente foi com ele, mas foi para provar ao senhor Presidente que ele estava enganado e estava a ser incoerente e estava a ter dois pesos e duas medidas sobre o mesmo assunto. Ele tinha falado antes de mim sem suporte de papel, a ele foi-lhe permitido, a mim não. O que aqui está é falso. Entreguem como diz o engenheiro Mário de Almeida, entreguem as cassetes e os problemas com as actas acabam-se." -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE**: "Bom, eu tenho vindo a referir há anos que há algum guardião das actas que faz precisamente isto que o doutor e nosso colega Manuel Amorim acaba de denunciar. Eu denunciei muitas vezes. Eu enfim tenho que poupar nas palavras porque há palavras que mesmo passado trinta e tal anos depois do 25 de Abril são feias, mas de facto as actas passam por alguém que corrige cirurgicamente as intervenções que são feitas. A primeira pessoa que reclama e que já reclamava há vários anos a entrega da cassete, com as actas, para que os senhores deputados possam conferir pela gravação sonora, aquilo que foi dito e da correcção da proposta de acta que a mesa faz, fui eu. E tenho vindo a reclamar isso e obviamente que não é inocente que a mesa por um lado é toda composta pela mesma força política, coisa



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não acontece na maioria das Assembleias Municipais e não é por acaso que não entrega a cassete para que os senhores deputados possam conferir o texto que lá vem com aquilo que foi dito. Obviamente estarão lembrados, quem esteve cá na última sessão, esta questão foi motivo digamos até quase de interrupção enfim da Assembleia precisamente porque o doutor Lúcio entendeu que para se fazer uma intervenção tinha-se que ter a intervenção escrita neste ponto. Ora isso não está no Regimento, foi mais um coelho tirado da cartola na altura pelo senhor Presidente da mesa, como já tinha tirado comigo uma outra quando na Assembleia passada o senhor Carlos Laranja pretendeu fazer uma Declaração de Voto, tendo ele se abtido. O senhor doutor Lúcio que me escreveu uma carta dizendo que a interpretação dele era de que só podia fazer Declarações de Voto quem tivesse votado contra na própria Assembleia, negou que tinha escrito a carta que eu por acaso tenho ali que posso mostrar, ele cá não está hoje, isto demonstra como Assembleia após Assembleia quer a Mesa quer os tais guardiões das Actas que cobardemente, isto posso dizer, se esconde porque não dá a cara, que emenda e corrige as Actas no sentido de as intervenções da maioria serem colocadas correctamente e extensamente e depois as intervenções digamos da minoria nesta Assembleia, da oposição, portanto esse guardião ou os guardiões das Actas de facto corrigem as Actas a seu belo arbitrio ... (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: "Senhor Deputado já gastou o seu tempo de três minutos, faça favor de terminar") ... fazendo um grave ataque à democracia porque é da democracia que se fala, à verdade que acontece, porque eu tenho todas as gravações de todas as Assembleias Municipais e posso provar à posterior tudo aquilo que digo porque estão lá nas gravações".

--- **MIGUEL MAIA DO PSD** apresentou reclamação porque não consta a sua intervenção política na acta e apresentou documento que se anexa à acta. **O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** esclareceu que nestas situações os oradores ou apresentam o documento à Mesa para anexar à acta, ou apenas se faz um sumário da intervenção. Sempre foi assim.

--- **JOÃO FONSECA DO PS:** "Vou começar por dizer que tranquilamente votaremos favoravelmente a acta e a mesa fará as correcções que entender por bem. Quanto à formação de um grupo de trabalho a falta de honestidade intelectual e política com que os senhores vêm aqui, com grande desfaçatez, é grande. Para que a maior parte das pessoas presentes saibam, porque infelizmente não estiveram presentes na reunião de trabalho que tivemos, preparatória deste nosso mandato e onde todas as forças políticas estiveram representadas, nenhuma delas à excepção do Partido Socialista levou qualquer tipo de proposta. Bom, devo corrigir que o CDS apresentou duas alíneas de sugestão. Mais nenhuma força política o fez. A representatividade daquilo que foi a reunião de trabalho, preparada especificamente com esse fim, deu de trabalho de preparação às pessoas, que agora aqui vêm pedir um grupo de trabalho, zero. Nós reunimos, o grupo do Partido Socialista aqui representado reuniu anteriormente, preparou um documento e levou-o a essa reunião, à excepção da que referi, mais nenhuma força política o fez. Não fez, se calhar porque não tinha a plateia que aqui está, porque aquilo era uma reunião de trabalho e visava obter conclusões,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contribuir para o que aqui fazemos fosse melhor, de acordo com o que cada força política espera. Deu zero de resultados. De facto lá só estávamos para trabalhar, não estávamos para falar alto. Grupos de trabalho para perder tempo e quando as pessoas não se empenham neles não fazem o mínimo de sentido. Só uma nota quanto ao remoque habitual, persistente, e que não dignifica esta Assembleia, não nos dignifica a nós todos, com que sistematicamente determinados deputados aqui vêm fazer, com referências a cobardias e a pessoas escondidas. Certamente não tocará em nenhum de nós porque todos nós aqui estamos e damos a cara, mas não sabemos a quem se refere, mas esse tipo de argumentação, que não é argumentação, eu acho que nos desprestigia a todos e acho que devemos todos, quem não se revê nisso naturalmente ficar triste com este tipo de afirmações. Eu percebo que é a afirmação de quem não tem mais nada para dizer, mas mesmo assim acho que e sobretudo os tempos em que correm e onde infelizmente mesmo quem não tem nada a ver com a política sofre as consequências daquilo que pode porventura ser menos bem feito. Eu acho que devia impelir mais à responsabilidade e percebemos que não são estes os tempos dessas afirmações, vãs, gratuitas e que visam prejudicar quem naturalmente toma decisões. De facto passou esse tempo, infelizmente se calhar para alguns ainda não aconteceu isso.”

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** em DEFESA DA HONRA: *“No sentido de que fui eu que vim aqui. Senhor deputado João Fonseca, vamos ver se a gente se entende. O que o senhor fez nessa suposta reunião, que nós tivemos para o inglês ver (um dia explico-lhe de onde é que vem a expressão) tem a ver com o seguinte: os senhores queriam introduzir alterações ao Regimento, ou seja, queriam esmagar, o que conseguiram porque têm uma maioria, ainda mais os tempos da Oposição. O que eu venho propor não tem nada a ver com isso. O que eu venho propor, em primeiro lugar é bom que se perceba, que este Grupo Municipal entrou neste Mandato, portanto nós não tínhamos conhecimento do que é que se passava nesta Assembleia nos mandatos anteriores. O que eu vim propor aqui e que vou propor por escrito não tem a ver com nenhuma comissão para alterar o Regimento, tem a ver com uma comissão de fixação de jurisprudência. O senhor é economista não é jurista. Se calhar não sabe o que isso é, eu vou-lhe explicar. Fixação de jurisprudência é quando a relação de Évora diz que A e B dá C e a de Guimarães diz que A e B dá D. Nós pedimos, expliquem-se, decidam, o que é que dá A e B. O que nós vimos fazer aqui é diferente do que fomos fazer a essa reunião, que aí sim era para alterar o Regimento. Nós não queremos alterar o Regimento, nós queremos é que a Mesa se entenda sobre como é que interpreta o Regimento que os senhores fizeram, porque ou pode falar porque tem papel e inscreveu-se previamente, não é isso que diz, ou então como diz o meu colega Delfim Maia que a leitura do expediente não é tida em conta e pela Mesa é tida em conta. Portanto é uma coisa completamente diferente, não queremos alterar nada, queremos é que os senhores decidam de uma forma clara. Nós queremos saber como são as regras do jogo, são os senhores que as fazem, mas ao menos nós queremos ter a certeza jurídica que as regras que os senhores fazem é para aplicar quer aos senhores quer à oposição”.*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** *“É para repor a verdade. Foi aqui dito pelo deputado João Fonseca que a célebre reunião em que apareceram os diversos membros das diversas forças partidárias, foi exactamente para apresentarem e discutirem o regulamento e foi só o CDS/PP que apresentou algumas propostas de alteração. É falso. A CDU de facto levava algumas propostas de alteração, não muitas, por escrito. Veja se se recorda. Acontece que durante a discussão foi perguntado ao deputado João Fonseca se face à sua solicitação de apresentação de propostas ele vinha mandatado com poderes para discutir a possibilidade de haver alterações, respondeu textualmente que não, assim sendo não valia apenas apresentar qualquer proposta. Está reposta a verdade.”*

--- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP:** *“Eu por hábito, já com alguma experiência, alguns anos de Assembleia Municipal nunca gosto de intervir neste ponto das Actas, mas hoje achava que era importante fazê-lo, até para repor algumas verdades. O Fernando Reis enfatizou aqui o trabalho que foi feito. É verdade temos que perceber que realmente no caso do CDS foram cerca de 12 propostas que levamos, convictos que seria um contributo positivo para o bom funcionamento desta casa. Assim não foi entendimento, das doze, tivemos sorte, em ver aprovadas duas propostas. Sim à posterior, pois, porque também é verdade, já agora, não havia exactamente o espírito de conversação, nem de negociação porque infelizmente o representante do Partido Socialista não tinha esse mandato. Em relação a esta Acta eu acho que o bom senso, olhando até que, não pela questão daquele lapso que foi referido em relação ao Comandante Azevedo Soares, mas até em relação à intervenção do senhor Presidente da Câmara, sobre a questão da saúde, em Modivas e aquilo que foi dito e há terceiras pessoas aqui, e mesmo confiando, nomeadamente sabendo até que o nosso ex-presidente é um dos principais responsáveis e quero fazer este reparo: já no mandato anterior houve a iniciativa de enviar as actas, o estudo preparatório das actas para que depois cada um se pudesse pronunciar e fazer alguns ajustamentos, houve essa tentativa, não funcionou, também é um facto... (O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, DR. VÍTOR CARVALHO: “Já agora explique porque é que não funcionou, se foi por causa da mesa ou se foi por causa de alguns deputados”) ... Não houve a preocupação e não se sentiam os efeitos imediatos das correcções que eram feitas ou pedidas para serem feitas à respectiva acta, contudo isso não invalida a existência de uma das propostas que o CDS apresentou na famosa reunião em que efectivamente não negociamos nada, em que deveria, é corrente nas Assembleias Municipais, existir uma Comissão junto da Mesa onde têm representação todos os partidos políticos e é aí o lugar próprio para que não tenhamos que agora causar este cansaço ao público, e estarmos aqui a perder uma hora a discutir a Acta. Lá poderíamos perfeitamente discutir, era mesmo votada e o documento aparecia aqui com um sentido unânime, havia tempo e horas para o fazer. Mediante isto, em termos de coerência nós sabemos que o Partido Socialista com a sua maioria, super absoluta, não irá acompanhar este o meu apelo ao bom senso, mas acho que seria razoável e ficava bem à mesa, propor a que a acta ficasse devidamente corrigida e então traríamos esse documento à votação na próxima Assembleia, até porque aprovamos a minuta,*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conferimos sistematicamente sentido da total e absoluta MUDANÇA DE CASSETE ... na minha estreia da discussão da acta da Assembleia Municipal, tenho dito". -----

*--- **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO:** "Todas as propostas de alteração da Acta (o PSD já ultrapassou excessivamente o tempo, tem seis minutos, já gastou quase dez. Não fala mais neste período) Todas as alterações que pediram à Acta vão ficar registadas na Acta desta sessão, como sempre fica e o que foi apresentado por escrito fica anexo. Sempre assim foi feito. Por outro lado a Mesa está a tentar colmatar um problemas que temos tido ultimamente que é o problema das transcrições da cassete. A gravação é de cassete e depois há períodos mortos porque enquanto muda a cassete não fica registada a intervenção. Temos esse problema. Estamos a ver se alteramos esse sistema e se passamos para o sistema digital. Se assim for as Actas passarão a ser enviadas só com a menção da aprovação e o texto deixa de haver e passam a ficar todos com o CD ou DVD, para ouvirem, querendo, e ficarem todos cientes do que disseram. Esperamos que depois não venham dizer que os CD's foram alterados. Vamos passar à fase da votação." ----- **MIGUEL***

***MAIA DO PSD** fez um Ponto de ordem à Mesa: "Só acho que as reclamações que são feitas, são para rectificar algo que está errado nas anteriores actas. As Actas são a versão fidedigna do que acontece numa Assembleia Municipal, não posso votar nunca a favor de uma Acta quando ela não relata a veracidade. Só outra coisa, quando eu faço uma intervenção se quiser interromper-me interrompa-me para eu parar a minha intervenção porque senão utiliza a palavra depois de eu acabar a minha intervenção. Por isso entendo que não devemos aprovar uma Acta quando ela não relata fidedignamente aquilo que aconteceu." -----*

*--- A ACTA FOI APROVADA COM **11 VOTOS CONTRA E 2 ABSTENÇÕES.** -----*

*--- **b) SOCIEDADE "POLISVILA DO CONDE S.A" TRANSMISSÃO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS, POR REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS. CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS, EXCEPCIONADO DOS LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO MUNICIPAL – VALOR: 2.500.000.00€.** -----*

*--- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A Sociedade PolisVila do Conde integrada no sector público e empresarial e presidida pelo engenheiro Guedes Marques, Quadro Superior da CRN, foi constituída pelas participações do estado e do município de Vila do Conde, no seu capital, na proporção de 60 e 40% respectivamente. Tal foi considerado algo muito importante e prestigiante para Vila do Conde, já que só onze cidades do País foram escolhidas para tais intervenções que visaram espelhar a qualidade urbanística do que melhor se faz em Portugal. Definido, foi concretizar o Parque Urbano João Paulo II, a requalificação da Marginal e o Centro de Motorização de Interpretação Ambiental para além de alguns estudos de pormenor de zonas importantes na cidade. As obras estão finalizadas, são o orgulho dos vilacondenses, surpreendem positivamente os visitantes mas parece incomodar quem sempre teceu críticas ao magnifico projecto do Arquitecto Siza Vieira. Parte dos pagamentos foram sendo naturalmente feitos pela Sociedade Polis, com recursos a fundos comunitários e a verbas pagas pelo Governo e pela Câmara Municipal, mas no entretanto surgiu um desacordo entre as construtoras Monte Adriano e ABB e João Gomes e a Sociedade*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Polis que acabou, como sempre acontece quando há divergências, por ir parar aos Tribunais. Felizmente e antes de qualquer decisão judicial, conseguiu-se chegar a um acordo de transacção judicial por valores bem mais baixos do que os inicialmente exigidos que eram de 9,3 milhões de euros, o acordo rondou os 7,5 milhões de euros, quando a verba insisto era 9,3 milhões de euros mais juros. Pelo qual o Ministérios das Finanças e a Câmara Municipal irão pagar verbas correspondentes às suas participações na Sociedade Polis, assumindo o Governo quatro milhões quinhentos e cinquenta e três mil euros e o município que conseguiu especiais condições de negociação dois milhões seiscentos e cinquenta mil euros. Se fizerem a proporção verificam que os 60% do Governo conferem de facto ou correspondem efectivamente ao sete milhões e meio, mas que a Câmara teria que pagar três milhões e acabou por acordar com os empreiteiros assumindo o pagamento em noventa dias, por dois milhões seiscentos e cinquenta mil euros. No acordo, é importante referir, que levou à extinção da Sociedade PolisVila do Conde, ficou ainda definido que todo o património da Sociedade passe a pertencer ao Município o que é importante pelas obras em si e também por aumentar significativamente o activo patrimonial da autarquia. Reconheço o mérito da negociação por parte da Câmara ao fazê-lo em condições vantajosas para Vila do Conde, pagando pelas obras um valor inferior àquele que estava estipulado na constituição da Sociedade PolisVila do Conde. E porque andaram para aí a dizer asneiras, porventura por desconhecimento ou mal intencionados, eu diria que o Plano Estratégico inicial das obras do Programa PolisVila do Conde apontavam um gasto de trinta e dois milhões quatrocentos e sete mil novecentos e cinquenta e sete euros e que o valor global do investimento resultante de determinações na altura da Ministra Manuela Ferreira Leite o valor global do investimento atingiu vinte e seis milhões seiscentos e sessenta mil novecentos e nove euros, o que quer dizer que não pode ter havido trabalhos a mais porque efectivamente há é menos obra feita do que aquela que era para ser realizada. O município pagou inicialmente como capital social, em várias tranches três milhões e duzentos mil euros, e vai pagar agora, resultante do acordo estabelecido dois milhões seiscentos e noventa e quatro mil euros, o que quer dizer que o município pagou cinco milhões seiscentos e noventa e quatro mil euros e tem obra realizadas em Vila do Conde, na cidade, de vinte e seis milhões seiscentos e sessenta e seis mil euros. Porque, seriamente, devemos concluir, foi bom termos sido um dos onze município portugueses seleccionados. A obra efectuada corresponde às melhores expectativas, estão a ser feitos os correspondentes pagamentos pelos trabalhos realizados com um preço inferior ao inicialmente exigido e sem ser necessária qualquer decisão judicial. Tudo correcto e a bem de Vila do Conde.” -----

--- MANUEL AMORIM DO PSD: *“Senhor Presidente em primeiro lugar eu queria fazer aqui uma declaração de interesse. Eu faço parte do grupo de Sociais Democratas que se congratulam com a Marginal de Vila do Conde. Eu acho sinceramente, senhor Presidente, que a Marginal de Vila do Conde é uma obra que vai ficar na história. Acho, até há dias reli um livro do Camilo Castelo Branco que é sobre o perfil do Marquês de Pombal e então o Camilo que não gostava nada, passados cem anos, não gostava nada do Marquês de Pombal, mas reconhecia-lhe pelo menos o mérito de ele*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter sabido rodear-se das pessoas certas. Lanço-lhe este elogio porque realmente Vossa Excelência soube rodear-se dos melhores e é inevitável, isto nada tem que ver, não inventem questões nem questões entre o PSD e divisões porque não tem, é a minha opinião pessoal. Acho que aquela Marginal apesar de árida, de alguma forma conseguiu dar forma, passo o pleonasma, a uma manta de retalhos que eram prédios altos e baixos de várias cores, com azulejo, sem azulejo, portanto e cada vez que passo lá, cada vez gosto mais daquela Marginal. Disse isto na altura, achei um erro o Partido Social Democrata criticar e portanto acho que é uma obra que o senhor se pode orgulhar e Vila do Conde deve ter muito orgulho. Dito isto, tenho que começar por criticar o facto de a Mesa não nos fazer chegar a documentação necessária, ou seja, fazem-nos chegar as deliberações tomadas na Câmara mas não nos fazem chegar o Acordo Judicial e esse sim é o que nos permite poder aferir qual foi a derrapagem, se é que houve derrapagem, já lá vamos, e saber qual era a dívida e saber se realmente como o senhor diz foi muito bem negociada, quanto é que reduziram, os juros foram muito bem negociados, as custas de justiça da taxa de justiça eram muito pequenas, mas nós não sabemos porque não nos chegou o Acordo Judicial que nos permitia aferir essa situação. Por outro lado e aqui já em jeito de crítica, não posso deixar de o criticar neste sentido, é que a forma que o senhor engenheiro acabou por conseguir arranjar para pagar o que falta do Polis. No mínimo, ou seja, para quem não sabe, o Acordo vai ser pago em dezassete anos, com um ano de carência. Fui fazer umas contas e as contas dizem-me o seguinte: a ser verdade, a ser aprovado aqui como vai ser, e a ser dado o Visto do Tribunal de Contas em que os senhores poderão usufruir imediatamente do dinheiro, o senhor vai começar a pagar a primeira prestação que é trimestral, em Junho de dois mil e doze, o que quer dizer que no seu mandato de vida política útil, vai pagar seis prestações e os outros, que cá ficarem, como diz o povo "...quem vem atrás que feche a porta...", vão pagar nada mais nada menos do que cinquenta e oito prestações, desta dívida que vai ser feita agora. Claro que o senhor Presidente me vai dizer, a obra é boa, eu próprio o reconheci, e portanto é mais do que justo que sejam as próximas gerações que irão usufruir também dessa Marginal, que espero não sou pessimista ali como o Herculano e acho que o mar não vai entrar assim tão cedo cá dentro, que vão usufruir dessa Marginal, portanto que paguem no futuro. A verdade é que isto de alguma forma é vincular as gerações futuras a uma obra que está feita, tirando-lhes o direito de opção. No entanto foi a sua opção, é assim que os senhores vão tratar do assunto. Por outro lado por não termos o Acordo Judicial ficamos sem saber se os nossos Vereadores na Câmara, está aqui presente o Enfermeiro Carlos Figueiras e o Doutor Pedro Brás Marques fizeram algumas perguntas que obtiveram respostas que não foram conclusivas. Eu ia aproveitar para ver se consigo perceber e o senhor Presidente fará o favor de nos explicar. Ainda agora disse que não havia obras a mais. No entanto à pergunta cinco do Doutor Pedro Brás Marques que lhe pergunta qual a composição da dívida? corresponde a trabalhos contratados? corresponde a trabalhos a mais? corresponde a tudo isso? inclui juros de mora? O senhor Presidente por escrito, diz o seguinte "exactamente a trabalhos contratados" e depois diz isto "e aos normais



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhos a mais". Mas é normal haver trabalhos a mais? Se calhar é. Nas empreitadas às vezes aparecem, nomeadamente com o Património Arquitectónico. Há ali, perde-se tempo, é preciso uma máquina, agora é normal haver trabalhos a mais? Quanto às custas judiciais, que eram muito baixas, ficamos por saber em relação à disponibilizada pelos recursos financeiros e o porquê desta derrapagem, porque este elemento é fundamental. Das duas uma, ou houve aqui uma derrapagem orçamental e portanto foi mal orçamentada a Obra do Polis, se assim for este é o cancro deste país, há trinta anos que os poderes públicos tem consecutivamente derrapagens em todos os orçamentos, em todos os orçamentos de Obras Públicas que são feitas e hoje estamos a pagar esse buraco (**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** : "Senhor Deputado esgotou o seu tempo, pedia para terminar") ... qual era o meu tempo senhor? Já passaram os seis minutos? Muito bem, já terminei o meu tempo e não vou poder concluir. Ficaram aqui algumas coisas por esclarecer, mas a única que eu queria que o senhor Presidente me esclarecesse, só para terminar senhor Presidente da Assembleia, é o seguinte, é que se isto não é uma derrapagem como o senhor responde aos vereadores e diz houve falha, falharam fundos comunitários, então o que é que aconteceu? Quando orçamentaram e mandaram executar a obra estavam a contar, peço desculpa pela expressão mas eu gosto muito de expressões populares "com o ovo no cu da galinha?"".-----

-- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP**: "A minha intervenção visa rigorosamente balizar aquilo que vai ser o nossa intenção de voto, percebendo que estamos numa Assembleia Municipal, mais uma vez com uma maioria absoluta, esmagadora, do Partido Socialista e que por tal seja qual for o nosso sentido de voto, toda e qualquer alteração, toda e qualquer aprovação, seja em termos de considerações de derrapagens e não derrapagens pouco importará. Mas a verdade é que aqui o meu colega Manuel Amorim fez o favor de expor um trabalho executado a nível da Câmara, pelo Vereador da oposição e foi citando algumas respostas dadas a esse mesmo Vereador. Ouvi o senhor Presidente da Câmara que fez o favor de nos ler um documento que realmente é um documento que deveria estar nas nossas mãos, para que pudéssemos apreciar e ter então, aí sim, o voto em consciência, porque realmente aquilo que nos é ali apresentado é, temos necessidade de fazer um pagamento, esse pagamento tem um valor x, existem x entidades que podem financiar, recomendamos esta pelas condições melhores que são. Temos seis minutos para se intervir em cada um dos pontos ... (**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** "Senhor Deputado já só tem quatro minutos") ... veja lá ainda por cima quatro minutos para discutir, por muito melhor preparado que nós estivéssemos, viríamos fazer aqui um leque de perguntas e nem conseguiríamos tão pouco vir à réplica, como tal e como houve pela vontade da maioria absoluta, esmagadora do Partido Socialista em controlar o tempo das intervenções de modo que as mesmas fossem objectivas, era o argumento que era dado na famosa reunião. A objectividade carece de informação para que aqui seja realmente meticoloso na maneira como apresentam os assuntos e se possa eventualmente criticar ou até de algum modo apoiar. Nesse sentido o CDS irá votar contra isto, porque realmente acha que é absolutamente inacreditável que não se acrescente um pouco mais a esta informação para bem do bom funcionamento desta



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia.” -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** “Relativamente à qualidade do Polis é indiscutível. Foi isso sempre que a CDU referiu, indiscutível, valoriza Vila do Conde e a CDU sempre referiu isto. Colocou outras questões, outras preocupações até porque conhecemos alguns dos arquitectos envolvidos, conhecemos efectivamente que são do melhor que há. Para além disso há que dizer o seguinte, e achei curioso até algumas intervenções, confesso, achei curiosas algumas intervenções que foram cá feitas relativamente a esta questão. O que preocupa a CDU é o seguinte: de facto durante algum tempo houve ocultação de que havia pesadíssimos encargos por pagar. Poder-se-á dizer mas isso constava nas grandes opções do plano. Constava, de facto dizia despesas de capital, transferências para, três milhões e duzentos mil euros. Ora nós estávamos todos à espera que efectivamente isso viesse a corresponder a investimento que iria surgir, obra nova que iria surgir e não a obra que já estivesse executada. E aquilo com que nós nos defrontamos é que o que está ali é uma caixa vazia com uma factura em cima, porque a obra já está feita. Não tem nada a ver com investimento que venha a fazer-se posteriormente. Para além disso há que recordar duas coisas senhor Presidente, fosse o caso de esta despesa não contar efectivamente para a possibilidade de contracção de novas dívidas de longo prazo por parte do município e se calhar o município ia ficar um bocado atrapalhado. Eu sei, estive a estudar, porque como é evidente estive a ver alguma das coisas, não somos profissionais disto, não nos pudemos dar a esse luxo senhor Presidente. Se de facto tivéssemos um vereador na Câmara, aí se calhar a historia seria completamente diferente. O que eu sei senhor Presidente é que é mais um encargo e quase dez por cento da receita do município está já consignada ao pagamento de empréstimos anualmente, dez por cento da receita é muito dinheiro, e este também vai estar, só que vai diluir-se por dezassete longos anos. É curioso a obra calcula-se que tenha um período de vida útil de vinte anos, vamos usufruí-la durante três, se ela durar tanto, sem pagarmos nada, durante o resto do tempo vai custar-nos os olhos da cara.” -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** “Três minutos. Vamos votar contra. Vamos votar contra porque o senhor Presidente da Câmara leu ali um documento, mas esse documento tinha zero de informação. Isto é, a informação que era aqui necessária porque quando é precisa a autorização da Assembleia Municipal, é preciso que os documentos previsionais prevejam essas obras a mais e esses gastos. É por isso que nós aprovamos todos os anos um orçamento. Ora, como acabamos de verificar, o senhor Presidente da Câmara e a maioria socialista enganou esta Assembleia, porque como disse o colega Fernando Reis colocou lá uma verba três milhões e duzentos mil euros, mas não disse para quê. A Câmara sabia que tinha uma dívida, sabia que havia de pagar a dívida, mas não veio pedir autorização à Assembleia para, digamos, reservar esse dinheiro para pagar a dívida que sabia que tinha. Portanto é porque a Câmara continuamente e todos os anos nos esconde informação que o Bloco de Esquerda já disse aqui e avisadamente vota contra todos os documentos previsionais que o município e a maioria aprove, porque a maioria e o município apresenta este tipo de documentos mentirosos, faltando à verdade a esta Assembleia e, portanto,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando o Partido Socialista quiser que o Bloco de Esquerda ou esta Assembleia ou os Deputados votem com consciência, sabendo o que estão a votar, coloca lá nos documento previsionais os três milhões e duzentos mil euros para pagar uma dívida que nós sabemos que temos e estamos em negociação para eventualmente até reduzi-la. Mas ficamos a saber a única informação útil que aqui veio e que eu não tinha, é que o senhor Presidente da Câmara entende que sete milhões já negociados de trabalhos a mais em vinte e seis, são vinte e sete por centos. Um desvio de vinte e sete por cento relativamente à obra contratada que são trabalhos a mais, normais. Eu faço lembrar que o Código de Contratação Pública dos Concursos actualmente não permite desvios, salvo erro de cinco por cento, mas o senhor Presidente entende que vinte e sete por cento são desvios normais. É, por isso, se calhar que o País está como está por causa destes desvios a mais. Eu entendo, e seria útil, o comprometimento do Município em pagar durante um período que vai muito para além do mandato ou até dois mandatos que cada Presidente da Câmara tem, que devam ter uma maioria qualificada na Assembleia, de forma que pudesse, digamos, vincular os diversos partidos, mais do que um partido, à realização dessa obra. Teria que ser uma obra muito consensual para que, digamos, assim merecesse da parte da Assembleia, portanto, esse consenso. Estou convencido que existiria se os documentos apresentados na Assembleia não fossem documentos mentirosos, se fossem documentos que retratassem a actividade do município." -----

--- BRUNO ALMEIDA DO PS: *"Um reparo inicial ali ao meu colega e amigo Alexandre Raposo. Hoje lembrou-se de vir aqui no início das intervenções referir sempre super, mega, maioria absoluta do Partido Socialista. Senhor Deputado em não tenho culpa, nenhum de nós tem culpa que os vilacondenses acreditem em nós. Nenhum de nós tem culpa de os vilacondenses darem ao CDS as votações que dão. Nenhum tem culpa disso. Nós só estamos aqui com esta super mega maioria absoluta, senhor deputado em sei que custa, eu sei que custa, continuam sempre a repetir a mesma coisa, mas efectivamente o CDS, o PSD e toda a coligação negativa que se estende lá para trás não tem emenda. Senhor Deputado eu já percebi que está a gostar muito, eu vou repetir, os senhores deputados não têm emenda. Ninguém gosta de assumir dívidas e assumir responsabilidades, mas é por causa de algo que foi absolutamente determinante para Vila do Conde. Esqueceram-se aqui de referir é que este Programam Polis que foi fundamental para requalificar a malha urbana de algumas cidades do nosso país foi inspirado, nas palavras do então Ministro do Ambiente, actual Primeiro Ministro, que lançou o Programa Polis, num prémio entregue a Vila do Conde na sequência da requalificação do nosso Centro Histórico. Disse ele que inspirado nesse programa e no esforço que a Câmara de Vila do Conde fez, que lançou o Programa Polis, onde nós quisemos estar. De acordo com os números que já foram aqui referidos, significa que nós pagamos três vírgula dois mais os actuais dois vírgula sete milhões de euros, significa cerca de cerca de vinte e dois por cento, creio eu, do investimento. Significa que em boa hora nós conseguimos estar no Programa Polis e com apenas vinte e dois por cento dos recursos empregues pela Câmara Municipal, temos aquela zona Marginal, temos o Parque Urbano e temos o Centro de*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Monitorização Ambiental. Isso dá muita alegria aos membros do Partido Socialista, ver os rostos daquelas pessoas que todos os fins de semana e também à semana, nos finais de tarde que passeiam naquela marginal. O rosto dos jovens que andam nas escolas, e não só, e das crianças que passeiam no Parque D. João Paulo II. Esses rostos, essa satisfação, essa maior qualidade de vida existe porque os membros do Partido Socialista ousaram sonhar com estes projectos e ousaram ter a ambição ... MUDANÇA DE CASSETE ... com apenas quarenta por cento quando houve câmaras municipais aqui na zona norte do país, que por estarmos a falar de obra porque o património fica todo em Vila do Conde, aceitaram assumir cem por cento do passivo, câmaras municipais da zona norte do país. A câmara municipal negociou ficar apenas com quarenta por cento da sua participação da Sociedade e conseguiu negociar excepção de endividamento e conseguiu negociar boas condições financeiras atenta a actual conjuntura. É, por isso, que nós apesar de votarmos numa assumpção de dívida, votámos com satisfação. E gostava só de fazer uma nota final. Percebemos aqui e falou-se aqui na questão dos dezassete anos, e do facto de neste mandato do actual executivo só se vai pagar um ano e depois vão ser os executivos seguintes. Manuel Amorim, nós já vimos aqui o PSD de uma lista para a Comissão Política, assistimos aqui, agora, todas as Assembleias Municipais a disputa interna das JSD vir aqui ver quem é que fala mais e ver quem chega mais cedo e inscreve declarações políticas. Ficamos a saber hoje que o PSD tem aqueles que gostam da Marginal e aqueles que não gostam da Marginal. Se calhar também há os que gostam do Parque e os que não gostam do Parque. Nós no PS, estamos unidos em torno de Vila do Conde e portanto este executivo não estará cá no próximo executivo, mas nós estamos cá senhor Deputado e vamos pagar o empréstimo, não há qualquer problema." -----

--- AFONSO FERREIRA DO CDS/PP: *"Pelos vistos só com um minuto para falar. Muito rapidamente. Quase que ouvimos aqui o Bruno Almeida a fazer uma proclamação de candidatura. Essa vontade toda de continuar cá, parecia quase uma proclamação. Só para dizer o seguinte: este é um exemplo, só para explicar àqueles senhores que estão lá atrás, se calhar um bocados baralhados, do que é que estamos aqui a falar. É de uma coisa muito simples. De facto foi feito para a nossa desgraça pelo que é agora o nosso Primeiro Ministro. Isto é um exemplo de como este país funciona. Esta obra acabou há quatro ou cinco anos, ainda não está paga e nós vamos todos pagá-la, mais juros, mais comissões, encargos e tudo isso, durante, durante quase vinte anos. É disto que nós estamos a falar, independentemente de todas as apreciações objectivas e subjectivas de cada obra que possamos fazer. Agora eu pergunto, cada um de nós quando contrata uma obra, não trata primeiro de assegurar o financiamento? E pergunto mais, que condições é que têm estas empresas que estão anos à espera de Tribunais Arbitrários, etc.? É isto que é a governação do partido socialista." -----*

--- JOSÉ MANUEL LARANJA DO PS: *"Eu era para não intervir mas de facto foram aqui colocadas algumas questões que é melhor esclarecer, até porque houve quem quisesse esclarecer a assistência dando a entender que a Sociedade Polis tinha sido*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um regabofe. O que não é verdade. A vida das Sociedades Polis não foi fácil por aquilo que vou demonstrar a seguir e a de Vila do Conde não foi excepção. Assinalo seguidamente os factos que mais marcaram a curta existência desta Sociedade. A Polis Vila do Conde foi constituída em Novembro de 2000 e as obras terminaram no início de 2006. Nos anos de 2001 e 2002 procedeu-se à selecção de um mandatário e à abertura das primeiras empreitadas. Trataram-se como é óbvio de concursos internacionais, cujos tramites são complexos e os prazos dilatados. Em 2004, por decisão do Governo de então, a adjudicação da empreitada de fiscalização e os concursos do Parque Atlântico e do CMIA foram suspensos e o investimento da Polis foi reduzido dos trinta e dois milhões de euros para vinte milhões de euros. Nessa altura o Governos decidiu também que as Sociedades Polis pagariam IVA. O que não estava previsto no contrato inicial. Primeiro vinte por cento, foi o que inicialmente o Governo decidiu, mas finalmente foi fixado o IVA em cinco por cento. Cinco por cento que foram retirados às verbas globais. Claro que face a tais decisões, indefinições e alterações, a Sociedade esteve estagnada, vendo-se obrigada a rever o plano estratégico e a pôr de parte obras aí constantes, como por exemplo a Requalificação da Rua António Pereira Cadeco, que não foi feita por falta de dinheiro e a Piscina do Parque Atlântico, pelas mesmas razões. Em 2005 e após prolongadas negociações e três propostas de Orçamento este foi estabelecido em vinte e seis milhões seiscentos e sessenta mil euros. Os Fundos Comunitários estavam todos assegurados para a Sociedade Polis, diversos factos fizeram com que as obras se arrastassem para além do prazo inicialmente previsto, recordo a realização do inicialmente previsto concurso do mandatário. Quatro Governos e seis Ministros da Tutela fizeram variar as orientações do accionista Estado, em resultado de diferentes posturas quanto ao interesse do Programa Polis. Recordo, a suspensão das nossas decisões durante um ano, a redução do montante orçamentado para vinte milhões. O Conselho de Administração em 2004, como acabei de dizer, esteve impedido de abrir concursos e fazer adjudicações, por decisão do accionista maioritário o Estado, o Governo Português da altura. Diversas alterações aos valores do Orçamento inicialmente autorizado também foram verificados. A aprovação de candidaturas durante todo o processo foi lenta, a obra do Parque Atlântico estava quase concluída quando a Candidatura foi aprovada pela Entidade Gestora dos Programas Comunitários. Para além de tudo isto tratou-se de uma obra com características especiais, pois as principais empreitadas localizaram-se em zonas balneares e simultaneamente em locais densamente povoados, o que exigiu cuidados especiais não só para não prejudicar o acesso e os negócios em redor das praias, como a circulação pedonal, rodoviária e a utilização das habitações pelos respectivos moradores, pois as obras além de decorrerem à superfície, implicaram a substituição das infra-estruturas de subsolo ... (O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: "Senhor Deputado pedia para terminar por que, apesar do PS ainda ter cerca minutos, já estão esgotados os trinta minutos deste Ponto da Ordem. Pedia para terminar.") ... pronto, foram estas situações de arrastamentos, o impedimento que ocorreu em 2004 que lançou as obras para muito mais tarde, que fez com que houvesse divergências. De qualquer forma queria referir



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não houver qualquer derrapagem, o valor orçamentado em 2005 era de vinte e seis milhões seiscentos e sessenta e seis mil e o valor efectivamente gasto foi de vinte e sete milhões duzentos e oitenta e um mil e vinte euros, portanto seiscentos e catorze mil cento e onze euros a mais o que mostra, em seis anos não é nada, que o número de derrapagem, foi de zero". -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** "Senhor Presidente, gostaria, se fosse possível, que a intervenção do deputado José Manuel Laranja fosse entregue também à Mesa porque considero-a do maior interesse."-----

--- **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO:** "Senhor deputado como compreende não é a Mesa que pede os documentos, se o deputado José Manuel Laranja entender entregar, serão distribuído, se não entregar não poderão ser distribuídos". -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Muito rapidamente na medida em que penso que foi suficientemente esclarecedora a intervenção que fiz inicialmente. Tenho pena que não tenha sido devidamente compreendida, porque o senhor deputado Alexandre Raposo disse que foi pena eu não ter distribuído o esclarecimento que aqui dei. Mas tive efectivamente o cuidado de o distribuir e o dar a conhecer, porque aquilo que eu disse aqui com um pormenor sobre os montantes, está claro que na altura própria que entendemos, foi colocado no site do município. E ao contrário do que foi dito por alguém que também diz que não percebeu, não percebeu o que aqui li, eu tive muitos munícipes que me encontraram na rua e me disseram "olhe percebi bem aquilo que está sobre o Programa Polis, sobre as obras que foram efectuadas e o acerto da decisão da Câmara". Portanto, o que eu aqui li está no site da Câmara, quem está interessado em acompanhar coisas do município sabe que aí encontra a informação. É estranho que não acompanhe o site. Relativamente ao que o José Laranja explicou agora aqui, eu queira aproveitar para dizer, como provavelmente sabem, que o José Laranja e o doutor Abel Maia integraram a Sociedade Polis, em representação do Município de Vila do Conde, representando os nossos quarenta por cento. Disse à pouco que a Sociedade Polis foi presidida por um Técnico Superior da CCRN, o Engenheiro Guedes Marques. O José Laranja e o doutor Abel Maia fizeram um trabalho notável durante estes anos no Polis, extraordinariamente difícil e sem terem ganho um cêntimo. Quando se fala em questões de servir o município são dois exemplos, muitas vezes sacrificaram a sua vida sem receberem um cêntimo da Sociedade Polis. Algumas questões que foram aqui colocadas. Primeiro sobre o Acordo Judicial. Foi dito que o Acordo Judicial não foi entregue. O Acordo Judicial foi negociado entre a Sociedade Polis e as duas empresas, as que estavam em tribunal. Depois desse acordo feito é que nós negociamos, em primeiro lugar com a Sociedade Polis a sua própria extinção, depois disso acontecer negociamos com as duas empresas. Os trabalhos a mais que eu referi na resposta que dei, aliás o José Laranja acabou agora também por referir, são trabalhos provenientes de pequenos acertos, de correcções ao pormenor que todos sabemos que com arquitectos da qualidade do Arqt.º Siza Vieira sempre acontecem. Há pormenores que o Arqt.º Siza Vieira recusa incluí-los logo no projecto inicial porque quer ver, no decorrer da obra, como é que é melhor para o efeito que ele objectiva serem efectuados. Já foi aqui esclarecida uma



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisa que era importante. É que nas Grandes Opções do Plano para este ano estavam lá estes três milhões e duzentos mil. O que quer dizer que se a Câmara Municipal não tivesse negociado com a Sociedade Polis e esta em vez de ter feito o Acordo Judicial e depois a sua extinção, tivesse querido receber a verba da Câmara, nós em vez de pagarmos directamente aos empreiteiros, tínhamos entregue à Sociedade Polis aquilo que a Sociedade Polis tinha direito e que estava aprovado por todos nós, os três milhões e duzentos mil. O tal negócio que eu estou a dizer que foi muito bom para a Câmara, foi porque se conseguiu negociar com todas as partes envolvidas e em vez de termos entregue os três milhões e duzentos mil à Sociedade Polis e ela fechava as contas, conseguimos negociar e só pagamos dois milhões seiscentos e cinquenta mil. Aqui é que está o benefício que provavelmente alguns até não gostarão que tenha acontecido. Foi importante para o município, isso é indiscutível, mas provavelmente isso permite que a Câmara faça mais alguma coisa. Entender-se que o período de vida das obras é de vinte anos é uma coisa absolutamente inacreditável, mas mostra como algumas pessoas pensam. Isto quer dizer que embora se vá pagar em dezassete anos, o que é absolutamente natural, parece que três anos depois vamos deixar de ter a Marginal, vamos deixar de ter o Parque João Paulo II, vamos deixar de ter o Centro de Memória Interpretação Ambiental e provavelmente os Estudos de Pormenor feitos vão desaparecer porque virá um incêndio. Se calhar na cabeça de algumas pessoas é isso que entra. Claro que eu não respondo a algumas coisas aqui ditas (documentos mentirosos), só na cabeça de quem não percebe e quem quer uma maioria qualificada, estive aqui a fazer contas e a maioria qualificada que alguns gostariam que fosse era de 98,4%, para determinados documentos tinha que haver essa maioria. Quer dizer que um em sessenta e um já impedia que as coisas fossem aprovadas. Provavelmente haverá regimes que se dizem democráticos, os tais da extrema esquerda que estão habituados a este tipo de orientações. Bem, para terminar, até porque fui muito claro naquilo que disse, primeiro gostaria de dizer e já foi aqui também referido, este financiamento que vamos contrair foi considerado tão importante que o governo não fez para outras cidades Polis. Um governo que todos sabemos que hoje limita fortemente o endividamento, considerou excepção os plafonds de endividamento neste financiamento pela sua importância. Depois dizer-vos outra coisa que também acho que é muito importante, é que independentemente daquele financiamento de curto prazo que outro dia foi aprovado na assembleia, que será ou não utilizado de acordo com os interesses do município, independentemente deste financiamento de dois milhões e meio que eu sei que vai ser agora aprovado, porque há aqui gente interessada em servir Vila do Conde, nós ainda podemos contrair empréstimos de largos milhões de euros, porque felizmente ao contrário do que também se dizia (também diziam que não gostavam da Marginal, se calhar não devia ser preta, devia ser alaranjada) estávamos em rotura financeira. Não, nós temos um crédito alargadíssimo, temos milhões de euros se quisermos contrair e dir-vos-ei, desde já, que se entendermos porque é importante para o município outros financiamentos, vimos cá explicar com toda a naturalidade, porque não temos aquela mentalidade que existia no antigamente de que primeiro metia-se os dinheiros todos



27
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

debaixo da cama e quando íamos lá contar as notas é que íamos comprar o frigorífico. Agora já não é assim, as pessoas têm visão, sabem quais são as suas receitas até porque os bancos não são tolos. Se nós víamos as condições em que a Caixa de Crédito Agrícola faz este financiamento à Câmara Municipal, quem perceber diz, são condições excepcionais, porquê? É que a Caixa de Crédito Agrícola sabe que a Câmara Municipal de Vila do Conde é boa cliente. Como sabem, contratámos há cerca de dois anos um empréstimo de cerca de dez milhões de euros, eles sabem que nós somos uns bons clientes, somos bons pagadores e portanto apresentaram estas condições excepcionais relativamente ao resto da banca. Se precisarmos vamos lá e, já aqui uma vez o referi, há uma Câmara Municipal que toda a gente sabe que é uma das mais endividada a nível nacional, a Câmara de Gaia, em que os seus responsáveis, nomeadamente o seu Presidente Luís Filipe Meneses e o Vice - Presidente Marco António Costa, muitas vezes se orgulham de dizer que gostam de se endividar, quando isso se traduz em mais obra, mas resposta para a população, tenho que lhes dizer têm que ouvir aqui o PSD de Vila do Conde, para perceberem que não é assim, eles estão enganados, com certeza." -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 35 VOTOS A FAVOR E 12 VOTOS CONTRA. -----

--- c) 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO/2011. -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** *"Muito rapidamente porque entendo que para aqueles que querem ser devidamente esclarecidos é muito importante. Já sei que para alguns não vale a pena estar a gastar muita cera, mas também porque há aqui público e a comunicação social, vou rapidamente prestar alguns esclarecimentos com base na nota informativa que foi mandada pelo Director de Departamento Administrativo e Financeiro, doutor Nuno Castro. E começo por referir aquilo que já há pouco foi dito. Nas Grandes Opções do Plano Municipal para 2011 foi prevista uma verba no valor de três milhões e duzentos mil euros a título de transferências para o sector empresarial do estado com o respectivo código, nomeadamente para a Sociedade PolisVila do Conde S.A. no âmbito da sua dissolução e liquidação. Todavia, o que eu também já disse há pouco, em finais de 2010, no âmbito da dissolução e liquidação da Sociedade Polis foi assumido pela Câmara Municipal encargos parciais decorrente de investimentos realizado pela sociedade e não pagos, no valor de dois milhões seiscentos e noventa e cinco mil euros com cabimento prévio, por anos futuros, conforme previsto no Pocal, na rubrica da classificação económica em outras despesas de capital. Porém, constata-se que a previsão nas Grandes Opções do Plano para 2001 carece de ser formalmente rectificada, por forma a ser executada por pagamento directo aos credores e não por transferência para a Sociedade. O que só pode adequar-se através de uma revisão às grandes Opções do Plano. Nesta primeira revisão é também prevista a inscrição em Grandes Opções do Plano e Orçamento dos custos relativos a uma Loja Interactiva de Turismo de Vila do Conde e também o reforço de transferência para as freguesias. Como resulta dos documentos que anexamos relativamente ao Orçamento da Receita e da Despesa, referiria que nós hoje fazemos uma previsão em função do aumento das receitas nos dois primeiros, prevemos um aumento de quinhentos e cinquenta mil euros de IMT. Como já falei, na*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Loja Interactiva vamos ter uma comparticipação estatal de sessenta e três mil euros e vamos ter uma restituição de seguros que se vão pagando à cabeça de quarenta mil euros. Ora isto dá um aumento de receita. Aumento de receita proveniente de umas pequenas parcelas, de uma comparticipação para a Loja Interactiva, da reposição dos Seguros e do IMT e portanto como temos este aumento de receita, naturalmente, a queremos aplicar, para isso há um aumento da despesa. Duzentos mil são para o Programa Polis, porque, como ouviram, nós contraímos um empréstimo de dois milhões e quinhentos mil, quando são dois milhões setecentos e tal. Há aqui uma diferença de duzentos mil. Temos ainda os noventa e cinco mil da Loja Interactiva, temos comparticipação de sessenta e três mil e gastamos noventa e cinco mil. Como sobram quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros, destinamo-lo às freguesias, achamos que o dinheiro é bem utilizado nas freguesias e portanto visa-se reforçar as verbas das nossas Juntas de Freguesia.” -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP:** *“Nós estamos a favor do reforço das transferências para as freguesias, nós estamos a favor da Loja Interactiva, nós estamos a favor de tudo aquilo que eventualmente ou que acreditemos que é positivo para Vila do Conde. Não é isso que estamos aqui a discutir. Nós estamos contra é esta recorrência, esta é a primeira de muitas revisões como esta. E, senhor Presidente da Câmara, termina hoje o segundo mês. Achamos curiosa esta previsão, e também é uma informação que é omitida à própria Assembleia, que salta logo aqui à vista, que a Câmara afinal, não sei em que mercado é que estão, é que vai haver um aumento de dez por cento de uma previsão que já de si era muito optimista da receita do Imposto Municipal. Não sei em quantos imóveis estão a pensar. Deus queria que seja verdade. Acho que isto, falando português, também um bocadinho na cena daquilo que fez, mas espero com outra elevação, isto é atirar-nos areia aos olhos. É triste que a legislação permita e que quando se fazem documentos previsionais e quando se fazem orçamentos se possa brincar desta forma, com todos, com o mercado, também é por isso que o país está como está. Faz-se um Orçamento, depois altera-se. É tudo a brincar. Em coerência com o que vimos dizendo nos anos anteriores, isto que aqui está, volto a repetir para que não hajam dúvidas, estamos a favor do aumento das verbas para as freguesias, oxalá que isso aconteça, estamos a falar disso tudo, agora virem-nos aqui dizer que uma das verbas é aumentar uma previsão já de si optimista da receita de um imposto de cobrança, passo a expressão, duvidosa face às condições de mercado deste ano, achamos que é assente em areias movediças, é uma previsão assente e ainda para mais com dois meses de execução orçamental. Tenho dúvidas que hoje já tenham inclusive o fecho do mês feito.”* -----

--- **MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD:** *“Antes mais gostava só de lançar uma questão à Mesa que depois quando terminar a minha intervenção poderá responder. Os Deputados têm um tempo limitado e o engenheiro Mário Almeida pode falar, usa da palavra à vontade, sem tempo limitado e sem dar hipótese da Assembleia o interpelar sobre aquilo que entende. Segunda situação, gostava de felicitar o deputado Bruno Almeida por vir aqui gloriar-se constantemente pelos resultados. Eu sei que o PS tem maiorias absolutas e têm merecido, algumas coisas têm (deixe-me acabar) agora uma*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisa que eu gostava de ver era daqui a três anos quando for o deputado Bruno Almeida o candidato à Câmara, queria ver se conseguia ter os mesmos resultados. Relativamente à questão que está na ordem do dia é normal que nos orçamentos da Câmara tenha de haver reajustamentos. Não se pode andar com hipocrisias que devia ser certo. É impossível uma Câmara com um orçamento tão grande não estar a vir aqui com reajustamentos. A única coisa que eu queria chamar atenção foi que o PSD já em tempos referiu, quando da aprovação do orçamento, que nós não aprovamos, nós votamos contra, referiam que foi o nosso orçamento, não é o nosso, nós votamos contra, foi o facto de as verbas a distribuir às Juntas de Freguesia, das despesas, serem verbas irrisórias, não dão possibilidade aos Presidentes das Juntas de poderem utilizar as verbas como quiserem e viverem sempre na dependência, na subserviência da Câmara Municipal. Sempre que precisam de uma verba extraordinária terem de vir bater à porta da Câmara Municipal. As Juntas de Freguesias devem ter maior liberdade porque são também um Órgão Autárquico e precisam de maiores verbas. Como já referimos, este aumento, quase duplicação da verba das despesas da freguesia, é sinonimo disso. As Juntas não podem viver só com seiscentos mil euros ano. É impossível. As Juntas precisam de ter a sua independência, acho que devem ter atenção a isto, maior liberdade a este Órgão do Poder Autárquico". -----

--- JOÃO FONSECA DO PS: "Eu até tinha outras coisas para dizer, mas para não estragar o momento que acho que é histórico, de anos após anos como nós estamos aqui a levar a tentar explicar-vos como é que temos as maiorias absolutas, porque é que as pessoas votam em nós, o Miguel Maia veio aqui num tom sincero afirmar, é assim que os vilacondenses pensam, bom nós temos a nossa cor política, mas pá, de facto, é merecido. Miguel eu admiro a sua sinceridade e espontaneidade, é assim que os vilacondenses pensam, percebe?". -----

--- FERNANDO REIS DA CDU: "O senhor Presidente, à pouco, saudou aquele senhor Presidente da Junta de Vairão por estar calado. Dou-lhe os parabéns, por estar calado, podia ter dado os parabéns a todos, estão todos calados. Pronto, de qualquer das formas não é isso que está em causa aqui, é uma coisa completamente diferente. De facto a CDU sempre tem defendido que as verbas para as freguesias são diminutas, devem aumentar. Nisso estamos completamente de acordo. O que gostaríamos efectivamente era de saber, de compreender melhor, que nos fossem esclarecidas as razões que levaram a serem acrescidas as verbas. Portanto não estamos em desacordo, queríamos apenas compreender. Há aqui uma referência que nós não podemos deixar de fazer. O senhor Presidente dizia o seguinte, vejam bem que temos tanto crédito que até nos emprestam. É só querer. Pois é e tal. Não sei se leram o documento anexo à proposta anterior, mas dizia o seguinte: "dos três bancos, dois, nomeadamente o do Estado, exigiam a consignação das receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas". Ou seja a confiança é muita, mas o seguro morreu de velho. Apenas a Caixa Agrícola de Vila do Conde, se calhar até compreendemos porquê, não exigiu de facto isso. Relativamente a esta proposta, senhor Presidente, vamos votar contra, porque nós não acreditamos no orçamento e este não é o nosso orçamento. Nós não aprovamos este orçamento." -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD:** "O senhor deputado precisa vir aqui sempre vangloriar-se. Lanço-lhe um repto, quando vier ao palanque em vez de ter intervenções destrutivas dos membros da Assembleia Municipal, traga algo construtivo para a Mesa. Este Órgão é para nós falarmos sobre algo que interessa aos vilacondenses e não para fazer intervenções destrutivas." -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** "Nós votamos contra o orçamento. O orçamento é uma coisa, alterações ao orçamento é uma coisa diferente. Isto é, eu espero que o senhor Presidente da Câmara tivesse razão e que o município conseguisse através, nomeadamente, do IMT aqueles mais dez por cento de receitas. Queria dizer que a economia enfim estaria mais viva do que inicialmente era prevista. Que o município tinha mais receitas, podia transferir mais receitas para as Juntas de Freguesia. Só era bom para Vila do Conde. Não acredito naquilo e portanto eu vou-me abster. Isso não tem grande importância ... (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: "Não entrem em diálogo") ... obrigado senhor Presidente, pelos vistos o tempo ilimitado não chega e precisam de interromper os deputados quando estão a falar. Portanto nós votamos contra o orçamento, esta alteração à parcela que são verbas novas que vêm do Governo e têm que ser aprovadas, tem que entrar no orçamento nas receitas, obviamente, se vierem mais pelo IMT, enfim, acho bem o caminho que é dado para as freguesias. Eu gostaria que o PS e o PSD que são preponderantes na alteração das leis autárquicas, que se pusessem de acordo e as freguesias deixassem de depender dos executivos. As Juntas de Freguesia recebessem um reforço de verbas directamente do Orçamento do Estado e nós não estaríamos, o reforço e em exclusivo do Orçamento do Estado que lhes permitissem, portanto o que o BE defende e gostaria, é que o PS e o PSD se entendessem era que as Juntas de Freguesia pudessem depender em exclusivo do Orçamento Geral do Estado, recebessem o necessário e se libertassem de uma vez por todas do "beija mão" aos senhores Presidentes da Câmara, não só este mas em todo o país e, portanto, seria uma grande ajuda às Juntas de Freguesia." -----

--- **CARLOS LARANJA DO PS:** "Antes de uma curta intervenção duas notas prévias. A primeira é ter tirado completamente a pequena dúvida que ainda me restava sobre o papel do BE na Assembleia da República. Uma lei construtiva necessita do voto do PS e do PSD. O BE não está para votar nada de jeito, palavras que acabamos de ouvir há momentos atrás. A segunda é que o partido Socialista tem estado muito empenhado no trabalho em prol do progresso de Vila do Conde e ainda não nos sentamos a pensar quem será o sucessor do engenheiro Mário Almeida. Mas já aqui obtive uma informação importante, o Bruno Almeida é o mais temido. Essa constatação fiz hoje aqui nesta Assembleia. Agora entrando no assunto que me trouxe cá, perdoar-me-ão mas a minha formação de bancário impede-me de ouvir aqui coisas e ficar calado. A insinuação de que este financiamento à Câmara Municipal foi aprovado pela Caixa Agrícola de Póvoa de Varzim Vila do Conde e Esposende é falsa. A Caixa Agrícola de Póvoa de Varzim Vila do Conde e Esposende não tem competência para aprovar este financiamento. Este financiamento é da exclusiva competência da Caixa Central do Crédito Agrícola e é bom quer isto seja do conhecimento das pessoas, porque há muito quem venha aqui a este lugar só para fazer insinuações no sentido de colocar



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mal algumas pessoas e é bom que estes assuntos fiquem claramente esclarecidos." --
--- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Senhor doutor Afonso Ferreira, só se atira areia para os olhos de quem não é cego. Só podem haver duas revisões, a câmara fez esta e só pode fazer outra durante o ano. A Câmara Municipal ficou de certa forma surpreendida durante o mês de Janeiro quando recebeu quatro milhões de euros de IMT do ano passado e, portanto, justifica-se obviamente esta revisão nos moldes que fizemos. Doutor Miguel Delfim Maia você veio utilizar uma cassete que era utilizada nas campanhas eleitorais há vinte anos atrás. De facto você vir falar de Orçamento dá vontade de rir. É por isso que eu não lhe respondo. Era diminuir-me. Estar-lhe a responder a questões que você falou para ali do orçamento, você não sabe o que diz. Estranhei, de facto isto mostra o desnorte do PSD. Eu tive outro dia oportunidade de ouvir o líder da JSD que sabe o que quer, que é economista. Como é que é possível que não seja o economista que vem falar do orçamento e seja o advogado a falar do orçamento. É o PSD de Vila do Conde. Fernando Reis você ironiza com aqueles que estão calados? Eles são gente de trabalho, são pessoas que sabem que estão aqui a perder tempo e que amanhã tem que trabalhar. Só por respeito ao Órgão e às pessoas que os elegeram é que eles estão ali. Estão mortos por ir embora, têm que trabalhar e sabem que isto é só perder tempo. Depois quando você intervém como agora o fez, a admirar-se com a consignação das receitas, que é uma coisa que está na lei, não precisa de estar ali, está na lei, naturalmente que se uma câmara municipal não pagar ao empreiteiro, a um qualquer fornecedor e ele demonstrar que existe essa dívida, o Governo corta por mês dez por cento a essa câmara para pagar essa dívida. Portanto é muito melhor eles estarem calados do que virem dizer ali um asneira como essa e como muitas que você diz. Fala de tudo. Naturalmente quando se fala de tudo acontece o que lhe acontece. Eu não sei é como vai ser o voto do Bloco de Esquerda, diz que se vai abster, mas disse que era contra a alteração. Nós não estamos aqui a discutir as alterações, as alterações são na câmara municipal. Estamos aqui a discutir é uma revisão ao Orçamento."-----

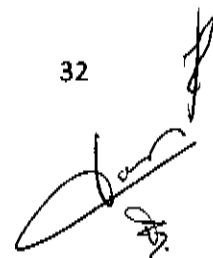
--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 33 VOTOS A FAVOR 11 CONTRA E 2 ABSTENÇÕES. ---

--- d) **INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.** -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP:** "Quatro questões. Uma já antiga, e antecipando-me ao Fernando Reis que se calhar se esqueceu, eu pelo menos ainda não recebi o Balanço Social. Já recebeu? A segunda, por nossa iniciativa foi aqui aprovado uma recomendação à câmara sobre aquela petição do desperdício alimentar, como estarão recordados com a abstenção do Partido Socialista, foi aprovada essa mesma Recomendação. Gostaria de saber também nestes mesmos dois meses em que tanta coisa se altera e ainda bem, se já houve oportunidade e se a Câmara já desenvolveu esforços no sentido dos princípios dessa mesma Petição, a exemplo aliás de muitos outros concelhos. A terceira questão tem que ver com um amontoado de peças de betão que estão ali junto ao Nó de Modivas, da A28, há largos meses, colocando em risco a visibilidade dos automobilistas. Eu não sei de quem é a responsabilidade daquilo, mas gostaria de saber se a Câmara já diligenciou nalgum sentido. Com certeza que o terá feito, até porque pela segurança rodoviária, mas mesmo



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



esteticamente aquilo é uma aberração, não faz sentido. Finalmente, trazíamos hoje aqui um documento que infelizmente no Período de Antes da Ordem do Dia não foi, não pode ser apresentado, não o vou fazer agora, obviamente, mas gostaria que em consequência das últimas notícias, mais uma vez sobre o Mosteiro de Santa Clara, gostaria de saber quais são os últimos desenvolvimentos sobre isso. O CDS tem, e vai propô-lo brevemente, uma posição clara. Achamos que se o problema é nosso, então que seja Vila do Conde, que seja a Câmara de uma vez por todas a assumir o problema, já que o Ministério da Justiça não é capaz. Que se faça um Protocolo, que a Câmara, a exemplo de outras situações que aconteceram no passado, assuma a condução do processo, já que o Ministério da Justiça é tão incapaz até de fazer uma mudança. Ao que se soube, nem o arquivo do Tribunal foi capaz de fazer em condições. Então que sejam os Vilacondenses a fazê-lo e o Estado, obviamente, que participe, como também é sua obrigação, já que os vilacondenses também vão à Repartição de Finanças pagar os seus impostos.”-----

--- FERNANDO REIS DA CDU: *“Senhor Presidente gostaria de lhe colocar uma pergunta. O senhor Presidente tem visto por acaso, diariamente, dezenas de vilacondenses em fila, sujeitos à inclemência do tempo, se estiver a chover e tem chovido bastante e o aumento do sol quando ele vier, ali junto ao Centro da Segurança Social, nas Caxinas, aquela repartição que era a antiga Casa dos Pescadores. É que aquilo é um espectáculo deprimente, concentram-se ali muitas pessoas que vão recolher informação, concentram-se ali imensos desempregados e é absolutamente lamentável que aquela gente esteja ali sujeita ao arbítrio do tempo sem que alguém se preocupe com as mesmas, quando toda essa gente é vilacondense, é gente que perdeu o seu emprego e gente que a última coisa que merece perder é a auto-estima. Eu gostaria de saber senhor Presidente se tem visto isso e se pode e quer fazer alguma coisa relativamente a essa questão.” -----*

--- CARLOS LARANJA DO PS: *“Não é propriamente para fazer uma pergunta ao senhor Presidente porque vamos acompanhando de perto a actividade da Câmara, mas é para referir um aspecto que o Afonso Ferreira trouxe aqui que é o caso do Mosteiro de Santa Clara. Foi pena o Período de Antes da Ordem do Dia se ter esgotado sem se ter discutido esse tema, porque nós tínhamos trazido outro documento protestando contra a inacção do Ministério da Justiça sobre o assunto. Esgotou o tempo, mas se o senhor Presidente quiser dar conhecimento à Assembleia do nosso documento, não só vem a propósito, mas se não quiser dar conhecimento não dá. A única coisa que eu quis aqui trazer, foi a questão levantada por si, na medida em que entendo que não temos que ser nós vilacondenses a resolver este problema. Temos é que pressionar o Ministério da Justiça a resolver um problema que lhe compete. Eu não peço ao Manuel para resolver um problema que compete ao António, o António tem que o resolver e essa é que tem que ser a postura desta Assembleia, no sentido de obrigar o Ministério da Justiça a cumprir a sua obrigação”. -----*

--- CARLA MICAELA DO PSD: *“O Grupo do PSD gostaria de saber se a Câmara pretende fazer alguma coisa em relação ao novo Código Contributivo Segurança Social que não prevê nenhum regime excepcional para os pescadores. Na sequência*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exactamente daquele pedido, daquela recomendação que tinha formulado e que não pôde ser lida e gostaria de saber então se a Câmara propõe consagrar esse regime de excepção para os pescadores, isentando-os da contribuição durante os períodos em que o mar está fechado que não podem ir à pesca e ainda durante o período em que também não podem ir à pesca para repovoamento das espécies". -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA: *"Fiquei a saber que o deputado Afonso Ferreira deseja o Balanço Social, fá-lo-ei chegar. Sobre a recomendação que foi enviada lermo-la, mas temos a nossa estratégia de combate a esses problemas e manteremos a estratégia que já vínhamos seguindo e que, aliás, dei pleno conhecimento dela aqui na Assembleia e que os vilacondenses em geral conhecem. Relativamente à questão das peças de betão, a responsável é a concessionária da auto estrada, da A28. Reclamamos isso junto das Estradas de Portugal, junto do Ministério das Obras Públicas e espero que aquilo seja resolvido. Antevejo que não seja num período curto porque eles informaram a câmara à posterior, quando reclamamos, que seria por um período curto, de alguns meses, mas receio que aquilo se prolongue e portanto não aceitamos que aquilo possa estar ali, nem no aspecto paisagístico, nem no aspecto da segurança. Coloca em risco quem entra também na EN13, quem vem dos acessos laterais, mesmo da própria A28. Não deixaremos de insistir com esta questão. Relativamente ao Mosteiro, resultado da nossa pressão, estão a iniciar-se obras de conservação da cobertura, mas são obras demasiado pequenas para aquilo que nós consideramos fundamental. E o fundamental é, para já, preservar o edifício, garantir a sua estabilidade, porque até a própria estabilidade está em risco, nomeadamente as zonas de fachada em granito. Depois há, de facto, aquilo que é um compromisso do Estado, a transformação do Mosteiro numa Pousada agora da rede da Enatur, a maior Pousada da Enatur do Norte de Portugal. Não pudemos deixar de nos agarrar a isso, porque está assinado por vários membros do governo e na presença do então Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio. A questão que se coloca é de dinheiro. O Governo, a Enatur e o Instituto de Turismo ainda não avançaram com a obra porque não conseguiram as verbas necessárias. Qualquer protocolo que a câmara viesse a fazer nesse sentido, era verdadeiramente suicida porque a questão é o dinheiro. Nós sabemos o que são os acordos, temos um acordo para a recuperação da EB2,3 Frei João, não sei no que ele vai parar porque andou tudo bem enquanto estava programado, agora já se diz que se vai meter nos fundos comunitários e portanto poderemos até assistir a uma suspensão dos trabalhos. Efectivamente a câmara não tem que assumir compromisso nenhum, sabemos muito bem que temos um compromisso para a construção da Divisão Esquadra para a PSP, para o Posto Territorial da GNR em Modivas e as coisas não avançam, os acordos estão estabelecidos. Se assumíssemos as obras do Mosteiro seria perfeitamente ruinoso. O que temos é que exigir. Não nos calaremos. Quando isto aconteceu naturalmente que alertamos imediatamente o senhor Ministro da Justiça, o Secretário de Estado da Justiça que acompanha a situação, o Instituto de Gestão Financeira, portanto, toda a gente está sabedora, está farta de receber fotografias, tudo, sabem o risco que se corre. Desta vez, felizmente, não houve problema nenhum. Da outra vez foi um*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pequeno incêndio provocado por marginais que por lá pernoitavam. Agora actuamos rapidamente. Aqui o engenheiro Caetano como Vereador da Protecção Civil esteve imediatamente no local. Tudo aquilo foi originado porque eles estavam a procurar cortar fio para roubarem o cobre, o que provocou ali um pequeno incêndio, mas foi facilmente debelado, mas um dia pode não acontecer assim. Tenho dito nos officios mandados para todos esses responsáveis que aqui tem que haver um responsável, como se costuma dizer " a culpa não pode morrer solteira". A Câmara tem um dossier enorme com tudo o que foi enviado para todas as entidades, portanto eles sabem muito bem qual é a gravidade da situação e é isso que temos que exigir. A questão colocada pelo Fernando Reis é simplesmente vergonhosa. Quando nos exigiram a entrega daquele edificio, durante muitos anos fomos nós que o utilizamos, que o recuperamos, sabíamos muito bem que não éramos proprietários do edificio, exigiram-nos ameaçando, inclusivamente, com acções de reivindicação da posse daquilo. Acabamos por acordar e temos feito chegar também fotografias do que o Fernando Reis referiu, de pessoas ali sujeitas à chuva e ao sol. Não é solução para a Segurança Social no nosso Concelho ter as duas pequenas instalações que tem, uma na Rua Doutor António Andrade e aquela que acabou por referir, na Marginal. Esperemos que de factos os officios mandados para o Presidente do Centro Regional de Segurança Social do Distrito do Porto, para o Presidente do Instituto de Segurança Social Nacional, o Senhor Ministro da Solidariedade venham a resultar. Relativamente à questão que a Carla Micaela colocou, como sabe os assuntos das pescas são um tema que eu acompanho sempre de perto. Acho que é absolutamente inconcebível isto que está a acontecer. Já não chega eles estarem parados e muitas vezes não terem meios de sobrevivência porque não têm os subsídios de paralisação. E não falo no defeso, falo nas paralisações resultantes do mau tempo e este ano têm sido tantas. Não concebo este regime que agora foi anunciado. Já o manifestei como Presidente da Câmara, mas tenho convocada também uma reunião do Conselho Municipal de Pesca, o nosso gabinete de Apoio ao Pescador tem-se reunido com os representantes das Associações, mas tenho uma reunião marcada também para a próxima semana do Conselho Municipal das Pescas e portanto quero que saia daí uma posição, porque esse Conselho para além da Câmara, do município em si, tem representante das várias Associações, da APMSHMar, da Associação dos Armadores de Pesca do Norte e da Apropesca e do Sindicato dos Trabalhadores de Pesca do Norte. Desse Órgão vai sair uma posição e com certeza que não pode ser outra senão exigir dentro do que é possível a mudança desse regime que é profundamente injusto, para mim é verdadeiramente inconcebível".

--- **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** colocou à consideração dos Deputados Municipais a **Minuta da Acta** desta sessão, a qual foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. Encerrou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e abriu o **PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **FERNANDO SOUSA** – Matosinhos. Perguntou quando haverá uma intervenção no Rio Onda, em Labruge, porque diariamente é lá descarregada água choca; perguntou se está prevista alguma intervenção para recolha de uma matilha de cães, que tem atacado pessoas e ciclistas. -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **ÁLVARO DA PONTES DIAS**, Rua José Afonso - Bloco 4, Lote B . 1.º andar Esq.º - Vila do Conde. Perguntou se alguém conseguiu fixar o valor do capital social da sociedade Polis; se esse valor do Capital Social algum dia foi realizado pelos dois accionistas; no Relatório de Gestão e Contas de 2009 diz que o Município tinha lucros acumulados de doze milhões quinhentos e três mil setecentos e oitenta e um euros e setenta cêntimos. Perguntou onde é que foram aplicados estes lucros; se o Presidente tem a resposta às perguntas que fez na última Assembleia Municipal. -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA**: *"Estranho isso que está a referir, mas iremos contactar a Indaqua para saber o que se passa, na medida em que as redes existem, a estação elevatória existe, o interceptor está em fase final de construção e portanto não há razão para isso acontecer. Todos sabemos que há vacarias que pontualmente, não digo que é sempre, fazem descargas que criam problemas. Relativamente aos cães tem sido um problema grande que ali está a decorrer. Ainda outro dia recebi uma carta de um emigrante que se diz apaixonado por Vila do Conde que trás cá pessoas a visitarem o concelho e que foi atacado. Disse que ia a pé, na ponte pedonal que liga Vila do Conde a Matosinhos. Temos solicitado e tem acontecido quinzenalmente uma intervenção, porque nós não a podemos fazer, a Direcção de Intervenção Veterinária e a GNR têm de facto apanhado muitos cães ali. É uma questão que estamos sempre a insistir porque nos está efectivamente a preocupar muito. Relativamente a estas questões colocadas pelo professor Álvaro Dias, senhor professor eu no último dia em que o senhor esteve aqui, disse-lhe que ia encarregar o doutor Nuno Castro, ia pedir ao doutor Nuno Castro para responder às questões que o senhor colocou aqui. O doutor Nuno Castro respondeu-me "outra vez? Eu não tenho paciência, não consigo explicar-lhe, ele não percebe, já lhe tinha dito isso outro dia". Como já sabe o doutor Nuno Castro é Economista, para além de ser também jurista, é professor no Ensino Superior. É uma pessoa que sabe e parece que se cansou. Mas a meu pedido ele em treze de Janeiro passado fez uma resposta. O senhor nunca mais lá passou. Quando o senhor quiser pode ir lá buscá-la que ele entrega-lhe."*-----

--- O **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** deu por encerrada a sessão pelas zero e quarenta e cinco minutos..-----

(Vitor Carvalho, Dr.)

(Fernando Oliveira, Prof.)

(João Carvalho)

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Cont. 24
Abst: 0

Doc 1
(12 de fev)

Residência e Abon. n.º 1 - f.º 101,
n.º 6 - qualidade

Proposta de

MOÇÃO

Considerando a situação insustentável vivida pelo sector de produção leiteira, resultante da conjugação da baixa do preço pago aos produtores com a subida dos custos de produção, lembrando-se que só no último ano o adubo azotado aumentou 52%, o gasóleo agrícola subiu 32% e as rações (*metade do total das despesas de exploração*) cresceram 35%;

Considerando a relevância que o sector em causa possui no Concelho de Vila do Conde, onde se encontra mesmo sediada a maior empresa do sector lácteo do País;

Considerando que apesar da produção leiteira do país ser deficitária relativamente às necessidades nacionais, o encerramento de produções a nível nacional e local vai em crescendo, calculando-se mesmo que só nos últimos meses tenham sido extintas no concelho de Vila do Conde mais de 50 unidades de produção;

Considerando que a prolongar-se por mais tempo a situação actual a produção leiteira nacional ameaça mesmo entrar em colapso, com todas as consequências decorrentes;

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 28 de Fevereiro de 2011, delibera:

1. Expressar total solidariedade para com os produtores de leite do Concelho;
2. Solicitar ao governo a imediata tomada de medidas que visem a salvaguarda da produção leiteira nacional, iniciando de pronto negociações, envolvendo a produção, indústria e distribuição, por forma a promover a estabilização do mercado leiteiro;
3. Solicitar do governo a implementação do seguinte conjunto de acções tendentes a travar a degradação dos rendimentos dos produtores:
 - a. Instituir de imediato uma compensação até 5 cêntimos por litro para as explorações agrícolas familiares até 100 vacas em produção, enquanto durar a a presente baixa de preços;

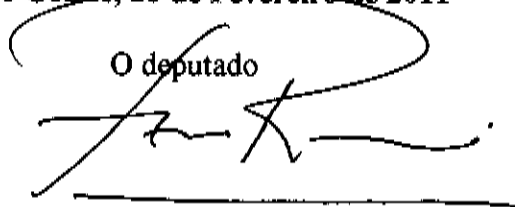
Doc 1
(2^a de effs.)

- b. Desencadear de imediato, através da AdC (Autoridade da Concorrência), um mecanismo de monitorização dos preços de factores de produção, como as rações, pesticidas e fertilizantes;
 - c. Criar um enquadramento normativo para a implementação de um rótulo de qualidade (Rótulo Q), que permita a traçabilidade integral, desde a exploração até à indústria, e a fácil visibilidade pelo consumidor da origem do produto;
 - d. Dinamizar a acção da AdC por forma a que sejam garantidas as regras de sã concorrência, com especial atenção aos produtos comercializados sob a designação vulgar de marcas brancas;
 - e. Criar uma linha de crédito especial com juros bonificados a 100%, período de carência de um ano e um prazo de pagamento nunca inferior a 5 anos, visando o desendividamento da produção leiteira.
4. Solicitar ao governo a alteração da posição que vem assumindo e, no quadro da Reforma da PAC, defender a manutenção das quotas leiteiras, principal instrumento de regulação do mercado, e única garantia de que o País não vai perder a sua produção de leite.

Nota: Se aprovado remeter ao Primeiro-ministro, Ministro da Agricultura, Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, dando conhecimento à Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, Associação de Agricultores de Vila do Conde, Associação dos Produtores de Leite de Portugal (APROLEP) e Associação de Jovens Agricultores do Distrito do Porto (AJADP), bem como fazer publicar nos órgãos locais de informação.

Vila do Conde, ~~28 de Fevereiro de 2011~~

O deputado



Fam. 38

Abst. 1

Cont. 5

Doc 2
8/1

MOÇÃO

1 – Considerando que o enrocamento de protecção do parque de estacionamento, em Mindelo, junto à praia, é uma obra recente, construído com o apoio de Fundos Comunitários;

2 – Considerando que a acção do mar o tem vindo a destruir, bem como ao passadiço contemplativo ali instalado;

3 – Considerando que, quer a Câmara Municipal, quer a Junta de Freguesia de Mindelo têm vindo a alertar as Entidades responsáveis para a urgente necessidade de se proceder à reparação dos danos;

4 – Considerando que ninguém, muito menos a população, entende o alheamento a que está votada aquela infra-estrutura;

5 – Considerando que estão em causa fundos públicos e a segurança de pessoas e bens.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 28 de Fevereiro de 2011, solicita à Administração da Região Hidrográfica do Norte que se pronuncie com urgência sobre este assunto e alerta o Ministério do Ambiente para a gravidade da situação.

pelo Grupo do PS

3/5

NOTA: Se aprovada, dar conhecimento ao Ministério do Ambiente e publicar na Comunicação Social.

Voto de Protesto

Unidade de Saúde de Vairão

Há já algum tempo que os utentes da Unidade de Saúde de Vairão têm manifestado grande apreensão relativamente a um possível encerramento desta Unidade.

Esta preocupação deriva da evolução registada nos últimos tempos, nomeadamente da transferência de dois médicos do quadro daquela unidade para a USF de Malta e, mais recentemente, da baixa médica do médico que ainda restava.

Fruto disso, para além dos serviços gerais, esta Unidade de Saúde conta com apenas com presença de um médico que integra os quadros da USF de Modivas, destacado apenas duas manhãs por semana (em substituição do supra referido médico afecto à Unidade que, de momento, se encontra de baixa médica, com sucessivas renovações).

Este atendimento é, de forma inequívoca e de fácil constatação, insuficiente para fazer face às necessidades dos Utentes, nomeadamente efectuar consultas e demais procedimentos médicos a todos os utentes.

Embora seja afirmado não existir qualquer indicação expressa por parte das entidades competentes que aponte para o encerramento da Unidade de Saúde de Vairão, no entanto, essa porta já foi aberta, pois é a própria Câmara Municipal a aventar essa possibilidade ao referir que "caso o número de utentes inscritos nesta Unidade venha a reduzir, haverá razão para que não se justifique manter o espaço em funcionamento". Infelizmente, parece ser este o rumo que se avizinha!

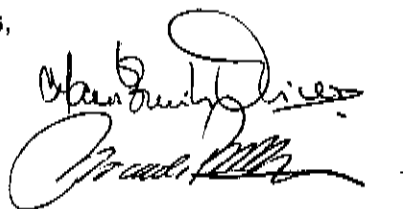
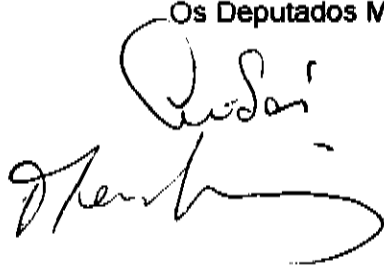
Para além dos aspectos referidos, a situação actual é totalmente inaceitável, já que a alternativa que é oferecida aos utentes é o recurso a outras Unidades, tais como Modivas e Amorim (P. Varzim), o que acarreta enormes custos com viagens e outros incómodos a uma população de poucos recursos e, em muitos casos, de idade já avançada.

Pese embora alguns esforços levados a cabo por inúmeras entidades, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e população em geral, não podemos deixar que esta situação se prolongue e, por omissão, contribuir para tal desfecho.

Reclamamos assim, a intervenção das entidades tutelares no sentido de recolocar um médico a tempo inteiro, para assim ser possível o pleno funcionamento desta Unidade de Saúde, antes que o índice de utentes reduza significativamente e tome encerramento desta Unidade uma realidade!

Vila do Conde, 28.02.2011

Os Deputados Municipais,



Fim: 38
Abst: 0
Contas: 13

Doc. 41
PS

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

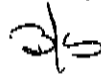
Há dias, e após o médico em serviço na Unidade de Saúde de Vairão ter entrado de baixa, correu o boato, prontamente apadrinhado por pessoas mal intencionadas ou, no mínimo, desinformadas, de que aquela Unidade seria brevemente encerrada o que, naturalmente deixou a população muito preocupada.

A despeito da pronta informação prestada pela ARS-N, que garantia a substituição do médico em falta e a garantia de que a referida Unidade de Saúde não seria encerrada, os boatos foram sendo alimentados muito pela acção de tais pessoas.

Prontamente, os Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia fizeram distribuir informação, garantindo a continuidade da Unidade de Saúde, o que bastou para que a população readquirisse serenidade.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida a 28 de Fevereiro de 2011, louva a acção dos dois autarcas e da ARS-N e solidariza-se com a sua acção.

pelo Grupo do PS



NOTA: Se aprovado, publicar na Comunicação Social

Doc. 1
(1-2-11)
1
Anexo: 0
Custos: 33

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Conde, vem por este meio o Grupo Municipal do C.D.S. /P.P. apresentar para discussão e votação o seguinte documento:

MOÇÃO

O concelho de Vila do Conde é desde há longas décadas, fruto da visão estratégica e capacidade organizativa e empresarial dos seus lavradores, um concelho pioneiro quer nas novas técnicas e praticas agrícolas, quer pela importância socioeconómica que aquela actividade assumiu e ainda assume nos nossos dias. Além disso, trata-se de uma actividade que tem permitido salvaguardar as nossas belas paisagens, bem como muitas das tradições do mundo rural.

Dentre todos os ramos de produção a fileira do leite assume uma importância decisiva, seja pela quantidade e qualidade das suas explorações, seja pelos impactos económicos desta actividade na economia do concelho.

Contudo, desde há sensivelmente dois anos as associações de produtores vêm manifestando as suas preocupações, devidas às crescentes dificuldades financeiras sentidas por um lado devido aos baixos preços pagos à produção pela indústria dos lacticínios e por outro devido aos aumentos contínuos dos custos de produção. A esse respeito e meramente a título de exemplo refira-se os aumentos nos últimos 12 meses do adubo azotado em 50%; do gasóleo agrícola em 32% ou as rações em cerca de 35%, entre outros.

Assim em face do exposto a Assembleia Municipal de Vila do Conde reunida em 28 de Fevereiro de 2011 delibera:

- 1- Manifestar pública preocupação pelas dificuldades sentidas pelos empresários agrícolas e em particular pelos que se dedicam à fileira da produção de leite.

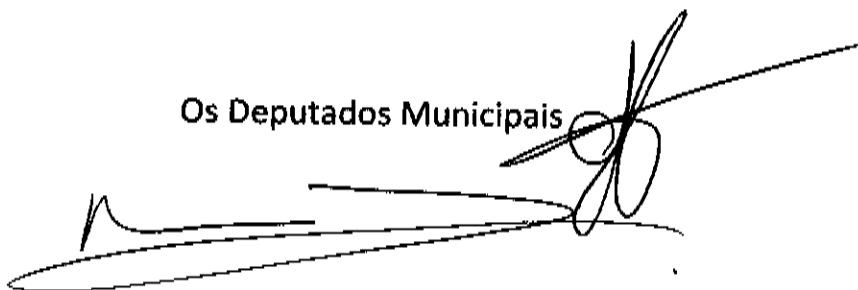
Grupo Municipal de Vila do Conde
Assembleia Municipal de Vila do Conde

Doc 5
(2: da 2/3)
S.

- 2- Manifestar pública preocupação pelos riscos de encerramento de algumas explorações e pelas consequências económicas e sociais para o nosso concelho.
- 3- Solicitar ao governo e aos partidos com assento na Assembleia da República, que dentro dos limites da lei e demais normativos legais, defendam a produção nacional e de um modo particular a agricultura de Entre Douro e Minho onde a produção de leite assume grande importância económica e social.
- 4- Constituir nesta Assembleia Municipal uma comissão de acompanhamento das actividades económicas do concelho e que visa a compilação de informação para posterior tomada de posição da Assembleia relativamente aqueles temas.

Vila do Conde, 28 de Fevereiro de 2011

Os Deputados Municipais



Nota se aprovada: publicar na imprensa local

Enviar ofício para: Presidência da República; Presidência Conselho Ministros; Ministro da Agricultura; Ministro da Economia; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares na Assembleia da República; Presidente da Junta Metropolitana do Porto; Assembleia Metropolitana do Porto; Governo Civil do Porto; Autoridade da Concorrência

Doc 6
21.

VOTO DE PESAR

Vila do Conde perdeu um dos seus mais ilustres filhos.

Carlos Ouvidor da Costa faleceu no passado dia 1. Com ele perdeu-se uma memória da nossa terra, um lutador pela Democracia, um invulgar bairrista, um homem exemplarmente fraterno e solidário.

Distinguido pela Câmara Municipal com a Medalha de Mérito Municipal, pela "grande dedicação às causas da nossa Terra e das suas gentes", Carlos Ouvidor da Costa constituiu um exemplo de cidadão vilacondense.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 28 de Fevereiro de 2011, guarda um minuto de silêncio em sua memória, sugere à Câmara Municipal que atribua o seu nome a uma rua da cidade e apresenta à família enlutada sentidos pêsames.

pelo Grupo do PS



NOTA: Se aprovado, comunicar à família e publicar na Comunicação Social.

Doc 7 A

**RECLAMAÇÃO ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
30 DE DEZEMBRO DE 2010**

----- **Miguel Delfim Maia**, deputado da Assembleia Municipal de Vila do Conde, pelo Partido Social Democrata, não se conformando com a transcrição da Acta da Assembleia Municipal de 30-12-2010, no que concerne à sua intervenção no ponto antes da ordem do dia, mais precisamente na página sexta, paragrafo segundo da transcrição da acta, vem reclamar a seguinte transcrição:

“Fez uma intervenção referindo que, numa altura difícil como aquela que estamos a atravessar, tanto ao nível económico como social, é de louvar todas as iniciativas de cariz social, que visem trazer um incremento ao nível de vida das populações, realizadas pelas próprias de forma gratuita. Um claro exemplo é o Centro Social e Paroquial de Guilhabreu que, com o empenho de um grupo de pessoas da freguesia, liderado pelo Pároco Carlos Duarte, abraçaram o projecto do centro de dia de apoio aos idosos de Guilhabreu. Refere ainda que, não poderia deixar de dar publicamente os parabéns por esta iniciativa, na pessoa do Pároco Carlos Duarte e desejar as maiores felicidades nos trabalhos que ainda agora se iniciaram e que já demonstram que vão ter um impacto muito positivo na população daquela freguesia.

Referiu ainda que, a Câmara Municipal deve ter uma atenção acrescida às obras de água e saneamento que proliferam pelas freguesias do concelho, de uma forma pouco ordenada, demonstrando preocupação pelo facto de que as repavimentações das vias (anteriormente abertas para passagem das condutas) estão a ficar num estado muito fraco, em comparação com o que anteriormente existia, referindo que essa preocupação também era subscrita por alguns dos presidentes das Juntas de Freguesia.

Finalizou a sua intervenção com uma referencia às iluminações natalícias que tinham ficado bem, manifestando apenas alguma relutância ao facto de este gasto ter sido efectuado em detrimento de outros, que com toda a certeza trariam maior bem estar às populações, nomeadamente o jantar de natal dos funcionários da Câmara Municipal.”

----- Dado que a referida intervenção não se encontra transcrita, requer que a mesma passe a constar da acta, com o teor supra referido ou com aquele que vier a constar da fiel transcrição das cassetes de gravação, visto que as intervenções dos demais deputados foram transcritas na integra.

----- Mais requer o envio de uma cópia da Acta rectificada.

O Deputado Municipal

